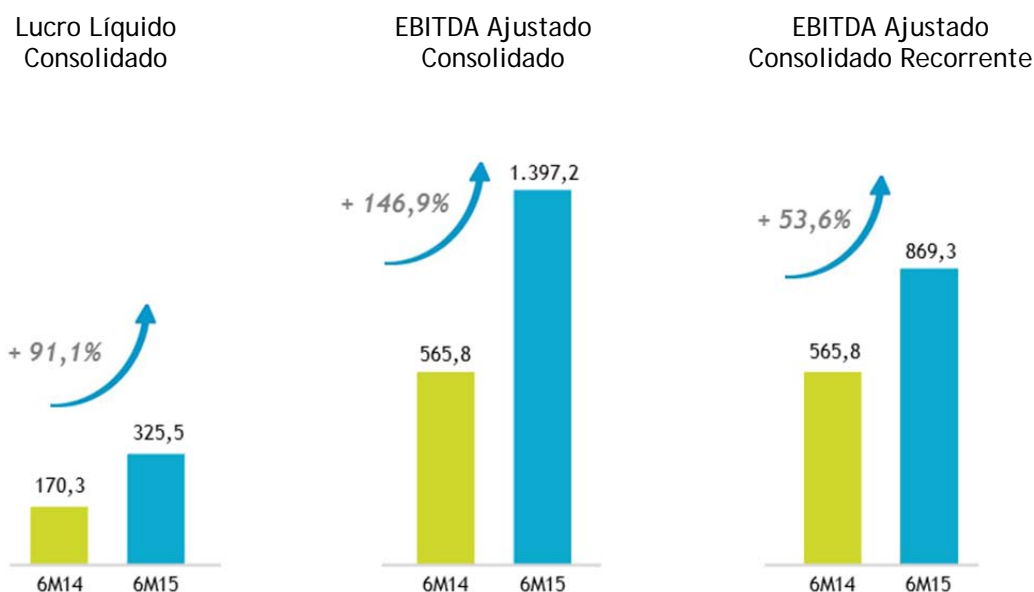


Energisa S/A | Resultados do 1º semestre de 2015

Cataguases, 14 de agosto de 2015 - A Administração da Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T15) e dos primeiros seis meses de 2015 (6M15). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Destaques

Energisa registrou geração de caixa (EBITDA Ajustado) de R\$ 1.397,2 milhões, incluindo a venda de ativos e lucro de R\$ 325,5 milhões em 6M15



Valores em R\$ milhões

- ✓ **Receita líquida consolidada**, sem as receitas de construção, de R\$ 4.805,8 milhões em 6M15, com aumento de 79,8% em relação aos 6M14. No 2T15, a receita líquida, igualmente sem as receitas de construção, totalizou R\$ 2.382,3 milhões, contra R\$ 1.988,4 milhões no 2T14, incremento de 19,8%.
- ✓ **Geração de Caixa Ajustada (EBITDA Ajustado)** totalizou R\$ 1.397,2 milhões em 6M15, representando um incremento de 146,9% em relação aos 6M14 quando atingiu R\$ 565,8 milhões. Desconsiderando a venda dos ativos de geração, o EBITDA Ajustado recorrente totalizou R\$ 826,8 milhões, valor 46,1% maior em relação ao registrado em 6M14.
- ✓ **Energia total comercializada** cresceu 54,1% em 6M15, para 16.294,7 GWh. No 2T15, a energia total comercializada foi de 8.087,7 GWh, aumento de 7,9% sobre o 2T14.

Os principais indicadores do desempenho econômico-financeiro consolidado da Energisa S/A nos primeiros seis meses de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir:

Descrição	6M15	6M14	Variação %
Resultados e Margens Consolidados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	8.833,5	4.049,8	+ 118,1
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	8.303,9	3.797,3	+ 118,7
Receita Operacional Líquida	5.335,4	2.925,5	+ 82,4
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.805,8	2.673,0	+ 79,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	943,1	339,7	+ 177,6
Resultado Financeiro Líquido	(451,5)	(112,7)	+ 300,6
EBITDA	1.320,8	503,7	+ 162,2
Margem de EBITDA (%)	24,8	17,2	+ 7,6 p.p
EBITDA Ajustado	1.397,2	565,8	+ 146,9
Margem de EBITDA Ajustado (%)	26,2	19,3	+ 6,9 p.p
Lucro Líquido	325,5	170,3	+ 91,1
Margem Líquida (%)	6,1	5,8	+ 0,3 p.p
Indicadores Operacionais Consolidados			
Energia vendida aos Consumidores Cativos (GWh)	12.683,4	7.864,7	+ 61,3
Energia vendida aos Consumidores Cativos + Transporte (TUSD) - GWh	14.538,0	9.250,8	+ 57,2
Energia Elétrica Total Comercializada (GWh)	16.294,7	10.575,3	+ 54,1
Número de Consumidores Cativos	6.330.768	6.111.282	+ 3,6
Número de Consumidores Totais	6.331.003	6.111.523	+ 3,6
Número de Colaboradores Próprios	11.671	10.121	+ 15,3
Força de trabalho (colaboradores próprios + terceirizados ⁽¹⁾)	16.084	17.872	- 10,0

(1) Não incluem terceirizados em obras.

Teleconferência dos Resultados do 1º semestre de 2015

TERÇA-FEIRA 18 DE AGOSTO DE 2015

Teleconferência em Português

15:00 horas (horário Brasil)

Número: +55 (11) 3728-5971

Código de acesso: Energisa

Replay (disponível por 7 dias): +55 (11) 3127-4999

Código de acesso: 48757321

Para mais informações, entre em contato com a área de Relações com Investidores:

Maurício Perez Botelho

Diretor de Relações com Investidores

Tel.: +55 21 2122-6904 / Fax: +55 21 2122-6931

E-mail: mbotelho@energisa.com.br

Carlos Aurélio Martins Pimentel

Gerente de Relações com Investidores

Tel.: +55 32 3429-6226 / Fax: +55 32 3429-6317

E-mail: caurelio@energisa.com.br

2 Desempenho operacional

2.1 Perfil e mercado de energia

A Energisa S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por 13 distribuidoras localizadas em todas as regiões do país, especificamente nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreendem 788 municípios. A base comercial das distribuidoras da Energisa abrange, em 30 de junho de 2015, 6,3 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população de aproximadamente 16 milhões de habitantes.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

13 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

788 municípios atendidos

6,3 milhões de clientes

16,0 milhões de pessoas atendidas (8,2% do Brasil)

1.630 mil km² total de área coberta (19,1% do território brasileiro)

6 Empresas de serviço

11 Projetos de geração em desenvolvimento (450 MW):

- * 5 projetos de geração eólica certificados (150 MW)
- * 3 projetos de geração eólica a certificar (220 MW)
- * 2 projetos de geração solar (60 MW)
- * 1 projeto de hidrelétrica (20 MW)



No segundo trimestre de 2015 (2T15), a energia elétrica total comercializada pela Energisa somou 8.087,7 GWh, aumento de 7,9% ante igual período do ano passado (2T14). No acumulado no semestre (6M15), a energia total comercializada atingiu 16.294,7 GWh, um incremento de 54,1% sobre o volume registrado em 6M14. Esse expressivo crescimento decorre fundamentalmente da base comparativa de 2014, que inclui apenas as vendas de energia das empresas adquiridas do Grupo Rede a partir de 11 de abril de 2014.

A composição desse crescimento é a seguinte:

Energia Comercializada (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
✓ Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	6.183,1	5.657,3	+ 9,3	12.683,4	7.864,7	+ 61,3
✓ Energia associada a consumidores livres (TUSD)	914,3	967,8	- 5,5	1.854,7	1.386,1	+ 33,8
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)	7.097,4	6.625,1	+ 7,1	14.538,0	9.250,8	+ 57,2
✓ Suprimento de energia	519,1	68,9	+ 652,6	936,4	127,8	+ 632,4
✓ Energia não Faturada	(91,3)	87,7	-	(189,8)	3,2	-
✓ Vendas a consumidores livres (comercialização)	562,5	712,5	- 21,1	1.010,1	1.193,5	- 15,4
Total Energia Comercializada - Energisa Consolidada	8.087,7	7.494,2	+ 7,9	16.294,7	10.575,3	+ 54,1

(*) ACL - Ambiente de Contratação Livre.

2.1.1 Mercado cativo e livre das distribuidoras do Grupo Energisa

No primeiro semestre de 2015 (6M15), as vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão do Grupo Energisa, somadas ao transporte de energia para os consumidores livres (TUSD), totalizaram 14.538,0 GWh, incremento de 57,2% em relação ao volume vendido no ano anterior. Esse expressivo crescimento decorre fundamentalmente da base comparativa de 2014, que inclui apenas as vendas de energia das empresas adquiridas do Grupo Rede a partir de 11 de abril de 2014.

Do total das vendas em 6M15, 43,9% foi vendido na região Centro-Oeste pelas distribuidoras Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul, que, em conjunto, apresentaram expansão de 3,9% no consumo. Na região Nordeste, por intermédio da Energisa Paraíba, Energisa Borborema e Energisa Sergipe, as vendas totalizaram 28,7% do total. Na região Norte, as vendas da Energisa Tocantins representaram 6,8%. E nas regiões Sudeste e Sul, as vendas representaram 20,6% do total.

O consumo no 2T15 foi impulsionado principalmente pelas classes residencial e comercial cativa, que representam 60,7% da energia total consumida pelos clientes cativos das distribuidoras do Grupo Energisa. Essas classes apresentaram crescimentos de, respectivamente, 10,6% e 13,7% no consumo no trimestre. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 3,0%, refletindo a intensidade da crise econômica que vem afetando o setor industrial em todo o país. Cabe ressaltar que esse expressivo crescimento decorre fundamentalmente da base comparativa do 2T14, que inclui apenas as vendas de energia das empresas adquiridas do Grupo Rede em 80 dias, ou seja, no período de 11 de abril a 30 de junho de 2014.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado) Em GWh

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD ^(*)	7.097,4	6.625,1	+ 7,1	14.538,0	9.250,8	+ 57,2
✓ Residencial	2.385,5	2.157,1	+ 10,6	4.962,0	3.050,5	+ 62,7
✓ Industrial	1.848,0	1.904,6	- 3,0	3.732,8	2.643,6	+ 41,2
▪ Cativo	933,7	914,3	+ 2,1	1.878,1	1.257,5	+ 49,4
▪ Livre	914,3	990,3	- 7,7	1.854,7	1.386,1	+ 33,8
✓ Comercial	1.366,2	1.201,2	+ 13,7	2.813,3	1.665,5	+ 68,9
✓ Rural	562,0	508,3	+ 10,6	1.168,2	665,3	+ 75,6
✓ Outras classes	935,7	853,9	+ 9,6	1.861,7	1.225,9	+ 51,9

(*) As vendas de energia no 2T14 das empresas adquiridas do Grupo Rede se referem a 80 dias, ou seja, no período de 11 de abril a 30 de junho.

Para efeito de crescimento de mercado das distribuidoras do Grupo Energisa, apresentam-se abaixo as vendas consolidadas de energia, em base pró-forma, considerando os períodos de seis meses de 2015 e 2014:

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado) Pro-forma ^(*) - Em GWh

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD ^(*)	7.097,4	7.070,2	+ 0,4	14.538,0	14.241,5	+ 2,1
✓ Residencial	2.385,5	2.320,6	+ 2,8	4.962,0	4.723,2	+ 5,1
✓ Industrial	1.848,0	1.953,7	- 5,4	3.732,8	3.872,3	- 3,6
▪ Cativo	933,7	985,9	- 5,3	1.878,1	1.927,7	- 2,6
▪ Livre	914,3	967,8	- 5,5	1.854,7	1.944,6	- 4,6
✓ Comercial	1.366,2	1.324,6	+ 3,1	2.813,3	2.693,7	+ 4,4
✓ Rural	562,0	555,9	+ 1,1	1.168,2	1.136,3	+ 2,8
✓ Outras classes	935,7	915,4	+ 2,2	1.861,7	1.816,0	+ 2,5

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa nos períodos de seis meses de 2014.

O consumo acumulado em 6M15, registrado no Brasil, reportado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), reduziu-se em 1,1% em relação aos 6M14. Considerando-se os valores pró-forma de energia comercializada aos consumidores cativos e livres pela Energisa (assumindo consumo integral de todas as empresas ao longo de seis meses de 2014), verifica-se um incremento de 2,1%, ou seja, bastante superior ao resultado Brasil. Contribuíram para esse desempenho do consumo nas áreas de concessão da Energisa, a diversificação geográfica e a atuação em regiões onde predomina o agronegócio, menos afetado pela crise econômica.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Região Norte	513,7	483,7	+ 6,2	981,5	909,8	+ 7,9
✓ Energisa Tocantins ^(*)	513,7	483,7	+ 6,2	981,5	909,8	+ 7,9
Região Nordeste	2.030,4	2.032,7	- 0,1	4.170,0	4.174,5	- 0,1
✓ Energisa Paraíba	1.052,3	1.055,6	- 0,3	2.155,7	2.166,8	- 0,5
✓ Energisa Sergipe	804,6	801,4	+ 0,4	1.658,8	1.655,9	+ 0,2
✓ Energisa Borborema	173,5	175,7	- 1,3	355,5	351,8	+ 1,1
Região Centro-Oeste	3.144,9	3.112,0	+ 1,1	6.385,0	6.147,3	+ 3,9
✓ Energisa Mato Grosso ^(*)	1.944,0	1.939,9	+ 0,2	3.846,5	3.723,1	+ 3,3
✓ Energisa Mato Grosso do Sul ^(*)	1.200,9	1.172,1	+ 2,5	2.538,5	2.424,2	+ 4,7
Região Sudeste	1.336,5	1.369,0	- 2,4	2.855,0	2.864,0	- 0,3
✓ Energisa Minas Gerais	378,4	383,6	- 1,4	792,9	781,4	+ 1,5
✓ Energisa Nova Friburgo	81,2	84,4	- 3,8	167,3	170,5	- 1,8
✓ Caiuá ^(*)	267,8	279,3	- 4,1	584,8	597,6	- 2,1
✓ Vale Paranapanema ^(*)	211,5	214,7	- 1,5	469,5	468,3	+ 0,3
✓ Bragantina ^(*)	262,1	270,0	- 2,9	541,8	549,2	- 1,3
✓ Nacional ^(*)	135,5	137,0	- 1,1	298,7	297,0	+ 0,6
Região Sul	71,9	72,8	- 1,2	146,5	145,9	+ 0,4
✓ Força e Luz do Oeste ^(*)	71,9	72,8	- 1,2	146,5	145,9	+ 0,4
Total - Distribuição nas cinco regiões do país	7.097,4	7.070,2	+ 0,4	14.538,0	14.241,5	+ 2,1

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de seis meses de 2014.

A Energisa encerrou os primeiros seis meses de 2015 com 6.330.768 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,6% superior à registrada no fim de junho de 2014.

A energia consolidada de transporte no sistema de distribuição, destinada ao atendimento dos clientes livres (origem das receitas de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição), apresentou aumento de 33,8% nos primeiros seis meses de 2015, passando de 1.386,1 GWh em 6M14, para 1.854,7 GWh em 6M15. No 2T15, a energia consolidada de transporte apresentou redução de 5,5% em relação ao 2T14, para 914,3 GWh.

A Energisa encerrou os primeiros seis meses de 2015 com 235 consumidores livres (32 na Energia Minas Gerais, 17 na Energisa Sergipe, 2 na Energisa Borborema, 21 na Energisa Paraíba, 87 na Energisa Mato Grosso, 43 na Energisa Mato Grosso do Sul, 7 na Energisa Tocantins, 6 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 12 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na CFLO).

2.1.2 Comercialização de energia no ACL - Ambiente de Contratação Livre

No segmento de comercialização de energia, por intermédio da Energisa Comercializadora, o volume de energia vendida reduziu-se 15,4% em 6M15 (21,1% no 2T15), e chegou a 1.010,1 GWh (562,5 GWh no 2T15), em decorrência basicamente da venda dos ativos de geração de energia em 31 de março de 2015.

2.1.3 Perdas de energia elétrica

As ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras, em especial das empresas adquiridas, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica vêm sendo intensificadas e estão rapidamente convergindo para as metas regulatórias. Em junho de 2015, as perdas de energia das distribuidoras da Energisa foram as seguintes, com destaque para evolução positiva alcançada pelas empresas de maiores perdas nas regiões Centro Oeste e Norte:

Distribuidoras	Perdas de Energia (%) - Últimos 12 meses		
	6M15	6M14	Variação em pontos percentuais
Energisa Mato Grosso do Sul	14,04	15,74	- 1,70
Energisa Tocantins	14,14	14,77	- 0,63
Energisa Mato Grosso	13,60	14,08	- 0,48
Nacional	8,12	8,35	- 0,23
Energisa Nova Friburgo	4,84	5,03	- 0,19
Vale Paranapanema	7,07	7,20	- 0,13
Bragantina	5,01	5,02	- 0,01
Energisa Sergipe	8,98	8,98	-
Caiuá	7,86	7,76	+ 0,10
Energisa Borborema	6,17	5,75	+ 0,42
Força e Luz do Oeste	3,83	3,25	+ 0,58
Energisa Minas Gerais	9,38	8,65	+ 0,73
Energisa Paraíba	12,69	11,53	+ 1,16
Energisa Consolidada	11,64	11,86	- 0,22

2.1.4 Gestão da Inadimplência

As revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no 1T15 contribuíram para o aumento da inadimplência. As distribuidoras do Grupo Energisa vêm intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, intensificação de ações de corte e negativação de débitos. O desempenho do indicador relativo à inadimplência (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses) dos consumidores foi bastante afetado pelo aumento dos valores faturados e pelo incremento da parcela não arrecadada. O indicador está apresentado a seguir:

Inadimplência

Empresa	Inadimplência (Últimos 12 meses - %)		
	Jun/2015	Jun/2014	Var. %
Vale Paranapanema	1,21	1,15	+ 5,2
Energisa Nova Friburgo	1,44	1,11	+ 29,7
Nacional	1,56	1,38	+ 13,0
Caiuá	1,58	1,30	+ 21,5
Energisa Minas Gerais	1,64	1,18	+ 39,0
Bragantina	1,89	1,11	+ 70,3
Energisa Borborema	1,93	1,51	+ 27,8
Energisa Paraíba	2,23	2,19	+ 1,8
Energisa Tocantins	2,27	2,02	+ 12,4
Energisa Sergipe	2,32	1,49	+ 55,7
Energisa Mato Grosso	2,67	2,07	+ 29,0
Força e Luz do Oeste	2,77	1,25	+ 121,6
Energisa Mato Grosso do Sul	3,23	2,51	+ 28,7
Energisa Consolidada	2,42	1,92	+ 26,0

2.1.5 Balanço de Energia

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa

Descrição (GWh)	1º semestre de 2015						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	869,8	189,0	2.025,3	406,7	2.469,6	4.505,5	2.902,2
(b) Energia vendida mercado cativo	619,2	167,3	1.274,4	353,1	1.937,0	3.288,0	2.296,3
✓ Residencial	250,5	81,2	526,5	119,7	827,3	1.234,1	866,2
✓ Industrial	86,4	26,0	148,2	102,8	263,4	436,1	317,2
✓ Comercial	123,2	37,6	279,6	81,2	369,0	785,1	558,0
✓ Rural	83,3	2,8	60,6	12,8	138,1	407,0	233,9
✓ Setor público e consumo próprio	75,9	19,7	259,4	36,6	339,2	425,7	321,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	173,7	-	384,4	2,4	218,7	558,5	242,2
(d) Consumo não faturado	(8,2)	(2,3)	(34,4)	(6,3)	(52,1)	(2,5)	(60,2)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	210,7	0,7	-	-	-
(f) Venda de Energia CCEE	46,3	-	8,8	2,3	33,0	491,9	69,7
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	657,3	165,1	1.459,4	349,8	1.917,9	3.777,4	2.305,8
(h) Intercâmbio de energia	3,8	14,6	10,8	31,1	53,5	6,3	9,7
(i) Perdas na distribuição	81,3	9,3	179,4	25,6	312,5	655,3	414,2
(j) Perdas na Rede Básica	7,1	-	36,9	8,3	49,7	42,3	26,5
(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)	745,7	174,4	1.675,8	383,8	2.280,2	4.474,9	2.746,5
% das perdas na distribuição (% = i/a)	9,3	4,9	8,9	6,3	12,7	14,5	14,3

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	1º semestre de 2015						Energisa Consolidada
	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	1.159,5	655,4	494,6	566,5	330,6	151,4	16.726,2
(b) Energia vendida mercado cativo	955,2	562,0	442,8	362,8	279,2	146,1	12.683,4
✓ Residencial	386,7	230,4	158,5	119,6	116,8	44,4	4.962,0
✓ Industrial	136,3	67,3	89,0	110,4	46,0	49,0	1.878,1
✓ Comercial	189,2	146,1	82,4	65,8	63,1	33,0	2.813,3
✓ Rural	90,9	32,3	52,9	34,3	15,7	3,6	1.168,2
✓ Setor público e consumo próprio	152,0	85,8	60,0	32,7	37,6	16,1	1.861,7
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	26,3	22,8	26,7	179,0	19,4	0,4	1.854,7
(d) Consumo não faturado	6,1	(11,2)	(7,0)	(4,3)	(6,3)	(1,0)	(189,8)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	13,5	-	224,9
(f) Venda de Energia CCEE	-	20,9	29,4	-	9,1	-	711,4
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	961,3	571,6	465,1	358,5	295,5	145,1	13.429,9
(h) Intercâmbio de energia	1,8	33,1	-	-	-	-	164,7
(i) Perdas na distribuição	170,2	48,8	32,2	29,0	24,7	5,9	1.988,3
(j) Perdas na Rede Básica	15,2	21,2	15,4	13,8	9,7	-	246,3
(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)	1.146,6	641,6	512,7	401,4	329,9	150,9	15.664,4
% das perdas na distribuição (% = i/a)	14,7	7,4	6,5	5,1	7,5	3,9	11,9

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) da Energisa totalizaram em 6M15 o montante de 15.664,4 GWh (7.666,8 GWh no 2T15) para atender a energia solicitada pelo sistema das suas distribuidoras. Esse montante representa um aumento de 59,4% (5.839,7 GWh) em relação aos 6M14.

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa

Descrição (GWh)	1º semestre de 2015						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
(a) Energia comprada	742,4	173,7	1.588,7	374,8	2.272,5	3.643,5	2.569,8
✓ Bilateral	350,6	-	63,9	44,2	217,7	1.078,8	243,4
✓ Leilões de Energia	129,5	-	889,1	199,0	1.133,0	1.236,9	1.036,2
✓ Quota de Itaipu	132,5	-	-	-	-	683,5	363,6
✓ Quota do PROINFA	14,4	3,9	32,9	8,3	43,4	77,8	51,6
✓ Quota de ANGRA	24,3	-	56,0	14,1	75,4	122,1	83,8
✓ Quota de Garantia Física (95%)	91,1	-	546,8	109,2	802,9	441,1	620,8
✓ Contrato Suprimento	-	169,9	-	-	-	-	-
✓ Geração distribuída	-	-	-	-	-	3,2	170,4
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	-	0,7	-	-	-	831,5	0,6
(c) Liquidação na CCEE	3,3	-	87,1	9,0	7,6	-	176,2
(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)	745,7	174,4	1.675,8	383,8	2.280,2	4.474,9	2.746,5

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	1º semestre de 2015						Energisa Consolidada
	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	
(a) Energia comprada	867,2	619,0	503,4	388,5	315,3	150,9	14.209,7
✓ Bilateral	102,4	141,5	139,6	130,6	77,1	-	2.589,9
✓ Leilões de Energia	370,0	266,7	239,4	134,5	152,3	-	5.786,5
✓ Quota de Itaipu	-	134,4	93,7	97,8	65,9	-	1.571,4
✓ Quota do PROINFA	22,4	13,4	10,3	8,7	6,8	3,4	297,2
✓ Quota de ANGRA	34,5	23,1	18,0	15,0	11,7	-	478,2
✓ Quota de Garantia Física (95%)	304,8	39,9	2,3	1,9	1,5	-	2.962,4
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	147,6	317,4
✓ Geração distribuída	33,1	-	-	-	-	-	206,7
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	150,7	-	-	-	-	-	983,4
(c) Liquidação na CCEE	128,7	22,6	9,3	12,9	14,7	-	471,3
(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)	1.146,6	641,6	512,7	401,4	329,9	150,9	15.664,4

2.1.6 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

As distribuidoras da Energisa desenvolvem diversas ações com a finalidade de melhorar continuamente os indicadores de qualidade dos serviços prestados aos consumidores, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), devido às adversidades climáticas, vendavais e descargas atmosféricas que afetam os serviços. Nos primeiros seis meses do exercício, esses indicadores se posicionaram da seguinte forma:

Empresa	DEC			FEC		
	6M15	6M14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Força e Luz do Oeste Nacional	2,36	3,58	- 34,1	1,80	3,95	- 54,4
Energisa Borborema	2,38	2,94	- 19,0	2,74	4,08	- 32,8
Vale Paranapanema	2,93	4,57	- 35,9	2,22	3,07	- 27,7
Energisa Nova Friburgo	3,18	2,84	+ 12,0	2,65	2,37	+ 11,8
Caiuá	3,78	2,99	+ 26,4	3,02	2,33	+ 29,6
Energisa Minas Gerais	4,32	3,74	+ 15,5	3,81	3,24	+ 17,6
Bragantina	5,18	4,28	+ 21,0	3,33	3,00	+ 11,0
Energisa Mato Grosso do Sul	5,82	5,19	+ 12,1	3,99	4,08	- 2,2
Energisa Sergipe	6,95	5,83	+ 19,2	3,63	3,30	+ 10,0
Energisa Paraíba	7,11	7,84	- 9,3	4,35	4,95	- 12,1
Energisa Mato Grosso	10,59	12,69	- 16,5	4,55	5,61	- 18,9
Energisa Tocantins	15,13	13,52	+ 11,9	10,70	9,12	+ 17,3
	16,07	17,72	- 9,3	6,70	7,64	- 12,3

3 Desempenho financeiro

3.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 6M15, a Energisa apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R\$ 8.303,9 milhões, ante R\$ 3.797,3 milhões registrados em 6M14, aumento de 118,7% (R\$ 4.506,6 milhões). Já a receita operacional líquida consolidada, igualmente sem a receita de construção, cresceu 79,8% (R\$ 2.132,8 milhões) no período, para R\$ 4.805,8 milhões.

A seguir, as receitas líquidas das subsidiárias por segmento de atividade, que foram consolidadas no resultado da Energisa:

Receita Líquida por segmento (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
I - Segmento - Distribuição de energia elétrica	2.583,0	2.235,1	+ 15,6	5.116,0	2.887,8	+ 77,2
✓ Energisa Mato Grosso ^(*)	891,1	709,0	+ 25,7	1.644,1	709,0	+ 131,9
✓ Energisa Mato Grosso do Sul ^(*)	389,8	392,3	- 0,6	926,5	392,3	+ 136,2
✓ Energisa Paraíba	338,6	284,5	+ 19,0	660,3	563,0	+ 17,3
✓ Energisa Sergipe	220,6	208,7	+ 5,7	423,7	397,7	+ 6,5
✓ Energisa Tocantins ^(*)	233,4	188,0	+ 24,1	422,0	188,0	+ 124,5
✓ Energisa Minas Gerais	143,4	123,4	+ 16,2	267,7	239,3	+ 11,9
✓ Caiuá ^(*)	84,0	78,9	+ 6,5	186,9	78,9	+ 136,9
✓ Vale Paranapanema ^(*)	62,1	64,3	- 3,4	147,8	64,3	+ 129,9
✓ Bragantina ^(*)	71,1	57,5	+ 23,7	129,7	57,5	+ 125,6
✓ Energisa Borborema	40,4	46,0	- 12,2	96,2	89,6	+ 7,4
✓ Nacional ^(*)	42,2	39,5	+ 6,8	93,8	39,5	+ 137,5
✓ Energisa Nova Friburgo	35,7	25,7	+ 38,9	65,6	51,4	+ 27,6
✓ Força e Luz do Oeste ^(*)	30,6	17,3	+ 76,9	51,7	17,3	+ 198,8
II - Segmento - Comercialização e serviços de energia	155,8	128,0	+ 21,7	277,3	245,8	+ 12,8
✓ Energisa Comercializadora	113,6	95,3	+ 19,2	199,6	182,8	+ 9,2
✓ Energisa Soluções	27,2	16,2	+ 67,9	47,9	32,0	+ 49,7
✓ Energisa S/A	14,3	14,4	- 0,7	28,2	28,5	- 1,1
✓ Outras	0,7	2,1	- 66,7	1,6	2,5	- 36,0
(=) Total - Segmentos I+II	2.738,8	2.363,1	+ 15,9	5.393,3	3.133,6	+ 72,1
(-) Receitas líquidas entre empresas do Grupo Energisa	36,8	183,5	- 79,9	57,9	208,1	- 72,2
(=) Energisa Consolidada	2.702,0	2.179,6	+ 24,0	5.335,4	2.925,5	+ 82,4
(-) Receitas de construção	319,7	191,2	+ 67,2	529,6	252,5	+ 109,7
(=) Energisa Consolidada, sem receita de construção	2.382,3	1.988,4	+ 19,8	4.805,8	2.673,0	+ 79,8


(*) A Energisa passou a consolidar estas empresas em suas demonstrações financeiras em 11 de abril de 2014, razão pela qual os resultados de 2014 acima se referem ao período de 11 de abril a 30 de junho de 2014.


3.2 Reajustes tarifários e repasses de recursos


3.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas.

O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

 **Bandeira Verde** - condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo;

 **Bandeira Amarela** - condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e,

 **Bandeira Vermelha** - condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.2 Revisão Tarifária Extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país.

Os consumidores das concessionárias que compõem o Grupo Energisa perceberão os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Minas Gerais	26,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Nova Friburgo	26,0
Energisa Sergipe	8,0
Energisa Borborema	5,7
Energisa Tocantins	4,5
Energisa Paraíba	3,8

A RTE aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. Adicionalmente, em 2015 foram concedidos reajustes tarifários para as subsidiárias do Grupo Energisa, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores:

Distribuidora	Reajustes Tarifários - Efeito médio	
	%	Vigência
Energisa Borborema	39,55	4 de fevereiro
Energisa Mato Grosso	- 0,38	8 de abril
Energisa Mato Grosso do Sul	3,22	8 de abril
Energisa Sergipe	13,26	22 de abril
Caiuá	1,85	10 de maio
Vale Paranapanema	- 0,09	10 de maio
Bragantina	- 0,23	10 de maio
Nacional	- 3,62	10 de maio
Energisa Minas Gerais	3,06	18 de junho
Energisa Nova Friburgo	14,07	18 de junho
Força e Luz do Oeste	16,54	29 de junho
Energisa Tocantins	5,88	4 de julho

O Grupo Energisa, por meio de suas subsidiárias, recebeu também, o montante de R\$ 146,3 milhões, provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema. A Aneel também homologou o montante de R\$ 305,5 milhões, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Já esses recursos foram registrados como receita de venda de energia. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidora	Recursos ACR - Cobertura de Custos (R\$ milhões)	Recursos - Decreto 7.891 (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	8,1	95,2	103,3
Energisa Mato Grosso do Sul	14,3	84,3	98,6
Energisa Tocantins	35,4	18,6	54,0
Energisa Paraíba	25,7	27,9	53,6
Energisa Sergipe	26,0	18,6	44,6
Energisa Minas Gerais	11,5	26,2	37,7
Caiuá	6,7	7,7	14,4
Nacional	3,7	10,4	14,1
Bragantina	6,2	7,5	13,7
Energisa Borborema	7,6	2,3	9,9
Vale Paranapanema	1,1	5,2	6,3
Força e Luz do Oeste	-	0,8	0,8
Energisa Nova Friburgo	-	0,8	0,8
Total	146,3	305,5	451,8

3.2.3 Créditos de subvenção da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

As distribuidoras do Grupo Energisa possuem créditos de subvenção tarifária, relativos ao período de julho de 2014 a junho de 2015, que serão ressarcidos pela Eletrobras, através da Conta de Desenvolvimento Energético, no montante de R\$ 372,7 milhões, não incluída a atualização monetária. A Administração das distribuidoras continua fazendo gestões junto a Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para que sejam regularizados o pagamento destes créditos ainda no terceiro trimestre deste exercício.

3.3 Despesas operacionais

Em 6M15, as despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.862,8 milhões, crescimento de 65,6% (R\$ 1.529,6 milhões) em relação aos 6M14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de 64,9% (R\$ 312,8 milhões). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de 93,8% (R\$ 1.513,1 milhões) no semestre. No 2T15, as despesas operacionais consolidadas, também sem os custos de construção, totalizaram R\$ 2.077,6 milhões, crescimento de 19,5% (R\$ 339,7 milhões) em relação ao 2T14. Esse expressivo crescimento decorre fundamentalmente da base comparativa de junho de 2014, que inclui apenas as despesas operacionais das empresas adquiridas do Grupo Rede a partir de 11 de abril de 2014. A composição das despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Variação R\$ milhões	6M15	6M14	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	430,9	381,9	+ 49,0	794,7	481,9	+ 312,8
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	182,0	204,2	- 22,2	363,4	266,4	+ 97,0
1.2 Material	32,6	24,4	+ 8,2	60,7	30,7	+ 30,0
1.3 Serviços de terceiros	216,3	153,3	+ 63,0	370,6	184,8	+ 185,8
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	1.474,4	1.187,6	+ 286,8	3.126,2	1.613,1	+ 1.513,1
3 Depreciação e amortização	200,4	126,8	+ 73,6	377,7	164,0	+ 213,7
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	(66,5)	4,7	- 71,2	(78,0)	9,1	- 87,1
5 Outras despesas/receitas	38,4	36,9	+ 1,5	(357,8)	65,1	- 422,9
Subtotal	2.077,6	1.737,9	+ 339,7	3.862,8	2.333,2	+ 1.529,6
6 Custo de construção (*)	319,7	191,2	+ 128,5	529,6	252,5	+ 277,1
Total	2.397,3	1.929,1	+ 468,2	4.392,4	2.585,7	+ 1.806,7

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Os esforços de racionalização de custos, sem perder o foco na crescente melhoria da prestação dos serviços aos consumidores, se evidenciam claramente, ressaltando que a aquisição das empresas do antigo Grupo Rede ocorreu em abril de 2014. Considerando as despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) das distribuidoras no segundo trimestre de 2015 (2T15), comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se uma redução de 7,1% (R\$ 30,2 milhões), fruto das racionalizações e captura de sinergias. No acumulado no semestre (6M15), as despesas controláveis apresentam queda de 1,7% (R\$ 13,0 milhões) sobre o montante registrado em 6M14, conforme quadro a seguir:

Despesas controláveis das distribuidoras (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Energisa Mato Grosso	106,0	115,4	- 8,1	204,9	207,7	- 1,3
Energisa Mato Grosso do Sul	72,8	71,7	+ 1,5	141,5	138,8	+ 1,9
Energisa Paraíba	52,9	49,7	+ 6,4	104,8	95,0	+ 10,3
Energisa Tocantins	50,2	54,8	- 8,4	91,9	97,4	- 5,6
Energisa Sergipe	35,0	34,3	+ 2,0	67,8	64,9	+ 4,5
Energisa Minas Gerais	25,8	27,3	- 5,5	50,0	49,2	+ 1,6
Caiuá	12,2	17,2	- 29,1	23,1	28,4	- 18,7
Vale Paranapanema	7,8	14,5	- 46,2	16,0	22,7	- 29,5
Bragantina	8,0	10,9	- 26,6	15,6	19,9	- 21,6
Energisa Borborema	7,9	7,6	+ 3,9	15,1	14,3	+ 5,6
Energisa Nova Friburgo	7,5	7,5	-	14,1	14,1	-
Nacional	5,7	8,9	- 36,0	11,6	14,7	- 21,1
Força e Luz do Oeste	2,8	5,0	- 44,0	5,3	7,6	- 30,3
Total	394,6	424,8	- 7,1	761,7	774,7	- 1,7

Obs.: Despesas controláveis = pessoal, material e serviços de terceiros.

3.4 Resultado financeiro

Em 6M15, o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 451,5 milhões (R\$ 108,0 milhões no 2T15), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 112,7 milhões (R\$ 118,8 milhões no 2T14) em igual período do ano passado. Esse resultado está afetado pela marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial, no montante de R\$ 97,5 milhões.

3.5 Lucro líquido e geração operacional de caixa (EBITDA) consolidados

3.5.1 Lucro líquido consolidado alcança R\$ 325,5 milhões em 6M15

Em 6M15, a Energisa registrou lucro líquido consolidado de R\$ 325,5 milhões, contra R\$ 170,3 milhões em igual período do ano passado. Esse resultado representa um incremento 91,1%.

Importante ressaltar que o lucro líquido no referido período está afetado por amortizações do ágio do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R\$ 148,6 milhões (R\$ 101,7 milhões líquidos de impostos), em função da não formalização pelo Governo Federal quanto às renovações das concessões de distribuição das citadas empresas (vide item 10 - Renovação de Concessões). Desse montante amortizado em 6M15, R\$ 40,2 milhões (R\$ 27,1 milhões líquidos de impostos) estão atrelados às distribuidoras de energia Nacional, Bragantina, Vale Paranapanema, Caiuá e Força e Luz do Oeste, cuja amortização se encerrou em junho de 2015, com o vencimento dos seus contratos de concessão.

A geração de caixa ajustada, por sua vez, totalizou R\$ 1.397,2 milhões, contra R\$ 565,8 milhões em 6M14. Cabe também ressaltar que esse montante está acrescido de R\$ 570,4 milhões de receitas líquidas provenientes da alienação dos ativos de geração de energia ocorrida em 31 de março de 2015. Por sua vez, a geração de caixa ajustada, sem os efeitos da venda dos ativos de geração, totalizou R\$ 826,8 milhões, um incremento de 46,1% (ou R\$ 261,0 milhões).

No 2T15, a Energisa alcançou lucro líquido de R\$ 48,8 milhões, contra R\$ 95,1 milhões no 2T14. Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa consolidados da Companhia:

Composição da Geração de Caixa (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
(=) Lucro líquido Consolidado	48,8	95,1	- 48,7	325,5	170,3	+ 91,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	(12,3)	(32,3)	- 61,9	(159,0)	(62,7)	+ 153,6
(-) Resultado das operações descontinuadas	(2,8)	(0,4)	+ 600,0	(7,1)	9,9	-
(-) Resultado financeiro	(108,0)	(118,8)	- 9,1	(451,5)	(112,7)	+ 300,6
(-) Equivalência patrimonial	(0,1)	(3,9)	- 97,4	-	(3,9)	-
(-) Depreciação e amortização	(200,4)	(126,8)	+ 58,0	(377,7)	(164,0)	+ 130,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	372,4	377,3	- 1,3	1.320,8	503,7	+ 162,2
(-) Receitas líquidas de venda de ativos	78,4	-	-	570,4	-	-
(=) Geração de caixa recorrente, sem o efeito da venda dos ativos	294,0	377,3	- 22,1	750,4	503,7	+ 49,0
(+) Receitas de acréscimos moratórios	24,2	52,3	- 53,7	76,4	62,1	+ 23,0
(=) Geração ajustada de caixa recorrente (EBITDA Ajustado)	318,2	429,6	- 25,9	826,8	565,8	+ 46,1
(+) Receitas líquidas de venda de ativos	78,4	-	-	570,4	-	-
(=) Geração ajustada de caixa, com efeito da venda de ativos	396,6	429,6	- 7,7	1.397,2	565,8	+ 146,9
Margem do EBITDA ajustado, com efeito da venda dos ativos (%)	14,7	19,7	- 5,0 p.p	26,2	19,3	+ 6,9 p.p

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento no semestre:

Lucro Líquido (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Subsidiárias - Segmento Distribuição de energia elétrica						
✓ Energisa Paraíba	51,4	8,2	+ 526,8	76,0	47,7	+ 59,3
✓ Energisa Mato Grosso do Sul ^(*)	(3,4)	(18,4)	- 81,5	59,4	(33,8)	-
✓ Energisa Mato Grosso ^(*)	54,2	19,7	+ 175,1	52,0	(16,0)	-
✓ Energisa Tocantins ^(*)	32,6	(27,6)	-	44,5	(39,7)	-
✓ Energisa Minas Gerais	7,7	8,9	- 13,5	11,3	23,5	- 51,9
✓ Energisa Borborema	(0,5)	3,6	-	11,1	7,7	+ 44,2
✓ Vale Paranapanema ^(*)	(2,8)	0,5	-	7,2	4,5	+ 60,0
✓ Caiuá ^(*)	(2,4)	(7,7)	- 68,8	6,5	(9,1)	-
✓ Nacional ^(*)	(0,2)	1,2	-	5,7	10,0	- 43,0
✓ Força e Luz do Oeste ^(*)	7,6	(1,3)	-	4,9	(0,6)	-
✓ Energisa Nova Friburgo	2,5	(0,1)	-	4,3	2,0	+ 115,0
✓ Energisa Sergipe	5,5	18,0	- 69,4	1,5	37,5	- 96,0
✓ Bragantina ^(*)	2,1	4,0	- 47,5	1,0	17,0	- 94,1
Subsidiárias - Segmento Comercialização e serviços						
✓ Energisa Comercializadora	(0,2)	3,7	-	(1,9)	8,1	-
✓ Energisa Soluções	(0,1)	(0,4)	- 75,0	(1,7)	0,7	-
✓ Outras operacionais	4,0	5,7	- 29,8	3,8	5,8	- 34,5
Energisa Consolidada	48,8	95,1	- 48,7	325,5	170,3	+ 91,1

(*) Para efeito comparativo, os resultados de 2014 acima se referem a seis meses.

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária da Energisa em 6M15 são as seguintes:

Geração de Caixa Ajustada (EBITDA Ajustado)	EBITDA		EBITDA Ajustado	
	Valor (R\$ milhões)	Var. % ^(*)	Valor (R\$ milhões)	Var. % ^(*)
Segmento - Distribuição de energia elétrica	764,4	+ 110,8	854,4	+ 103,3
✓ Energisa Mato Grosso	182,3	+ 56,6	206,3	+ 55,1
✓ Energisa Paraíba	156,5	+ 125,2	173,4	+ 114,9
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	141,6	+ 774,1	158,6	+ 478,8
✓ Energisa Sergipe	80,4	+ 28,4	87,3	+ 28,2
✓ Energisa Tocantins	68,7	-	78,8	+ 4.047,4
✓ Energisa Minas Gerais	38,8	- 18,3	42,2	- 16,1
✓ Caiuá	19,9	+ 101,0	22,8	+ 90,0
✓ Bragantina	19,4	+ 113,2	21,4	+ 103,4
✓ Energisa Borborema	16,7	+ 68,7	18,3	+ 64,9
✓ Vale Paranapanema	13,6	+ 51,1	15,5	+ 50,5
✓ Energisa Nova Friburgo	9,8	+ 122,7	10,7	+ 109,8
✓ Nacional	8,8	+ 3,5	10,3	+ 7,3
✓ Força e Luz do Oeste	7,9	-	8,9	+ 2.866,7
Segmento - Comercialização e serviços de energia	7,3	- 54,9	7,3	- 54,9
✓ Energisa Comercializadora	(0,9)	-	(0,9)	-
✓ Energisa Soluções	1,5	- 50,0	1,5	- 50,0
✓ Outras operacionais	6,7	+ 294,1	6,7	+ 294,1

(*) Variação percentual sobre o mesmo período do ano anterior.

4 Estrutura de capital

4.1 Saldo de caixa e dívida

A posição consolidada de caixa da Energisa S/A, equivalentes de caixa e aplicações financeiras fechou o semestre encerrado em junho de 2015 em R\$ 1.456,7 milhões, frente aos R\$ 1.624,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Ressalte-se que os referidos saldos não incluem créditos, em atraso, da CDE no montante de R\$ 372,7 milhões em 30/06/2015 (R\$ 297,0 milhões em 31/12/2014), bem como créditos de bandeiras tarifárias, também em atraso, no valor de R\$ 75,5 milhões. Por sua vez, as dívidas líquidas consolidadas (que também não consideram os saldos, em atraso, acima mencionados), ao fim de junho de 2015, totalizaram R\$ 6.373,9 milhões, contra R\$ 6.878,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA Ajustado em 6M15 anualizado ficou em 2,3 vezes. Já a relação entre as dívidas líquidas consolidadas e o patrimônio líquido ficou em 76% em junho de 2015.

O quadro abaixo apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

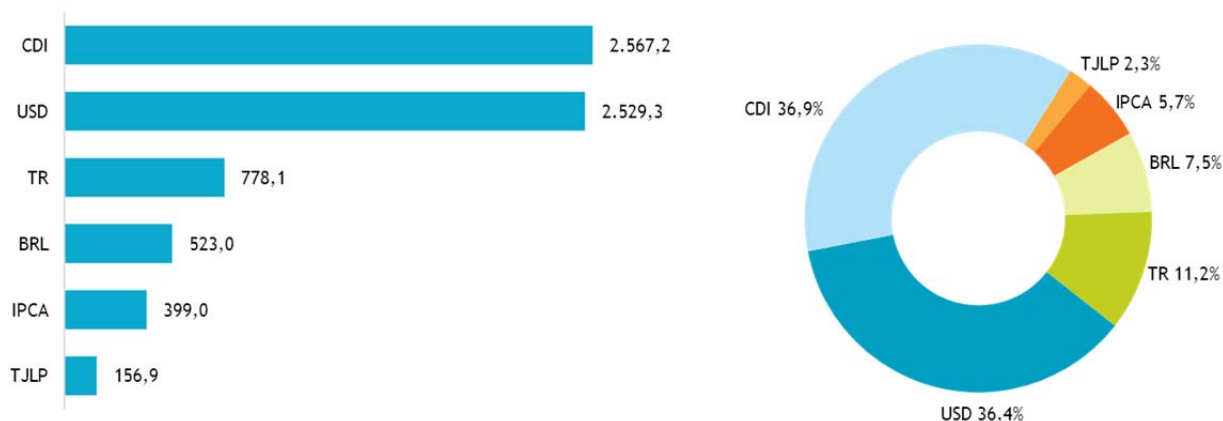
Descrição (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Curto Prazo	1.179,5	1.106,6	2.251,0	2.481,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	557,2	372,8	1.427,6	1.233,5
Debêntures	615,8	726,1	664,5	786,9
Encargos de dívidas	6,2	7,4	70,2	42,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	0,3	47,9	50,7
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	40,3	291,3
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	0,5	76,5
Longo Prazo	611,0	1.598,7	5.579,6	6.021,3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	155,1	199,2	3.363,8	2.841,1
Debêntures	454,3	1.398,0	1.427,4	2.386,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,6	1,5	265,0	264,9
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	172,3	177,6
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	351,1	351,1
Total das dívidas	1.790,5	2.705,3	7.830,6	8.502,7
(-) Disponibilidades financeiras	22,4	56,3	1.456,7	1.624,6
Total das dívidas líquidas (*)	1.768,1	2.649,0	6.373,9	6.878,1

(*) Valor deduzido do ajuste a valor presente dos credores que optaram pelo recebimento em 22 anos dos seus créditos no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia.

4.2 Custo e prazo médio do endividamento

O custo médio do endividamento ao final de junho de 2015 ficou em 13,01% ao ano (11,79% ao ano em 31 de dezembro de 2014). Em junho de 2015, o prazo médio das dívidas ficou em 5,5 anos.

Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador
(R\$ milhões)

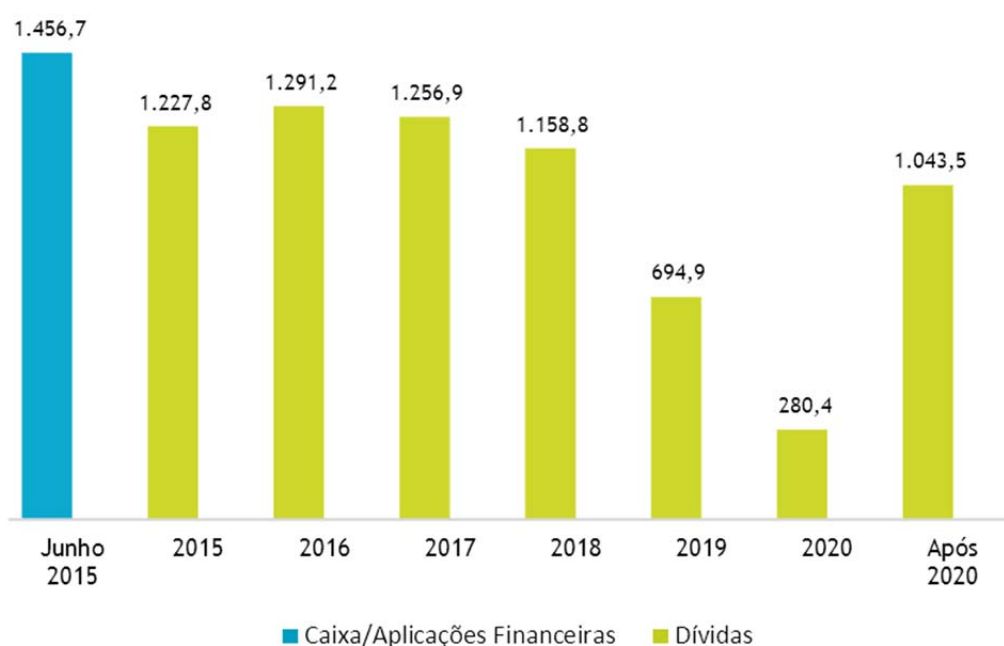


Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com swaps para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa.

4.3 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 30 de junho de 2015, vis-à-vis o caixa, está representado pela ilustração abaixo:

Caixa/Aplicações Financeiras e Amortização de Dívidas Bancárias e de Emissão - (R\$ milhões)



As dívidas por distribuidora da Energisa em 30 de junho de 2015 são as seguintes:

Dívidas Líquidas (R\$ milhões)	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
Curto Prazo	186,8	45,7	245,2	45,6	120,7	130,8	18,8
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	182,4	45,0	193,9	44,5	106,2	76,1	12,3
Debêntures	-	-	25,5	-	-	14,9	4,0
Encargos de dívidas	4,1	0,6	10,1	1,1	3,6	3,0	2,4
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	0,1	15,7	-	10,9	4,7	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	31,6	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	0,5	-
Longo Prazo	159,4	40,7	622,4	33,3	647,5	1.679,4	819,8
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	157,6	40,5	466,7	33,3	590,5	725,1	421,7
Debêntures	-	-	48,0	-	-	440,3	398,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,8	0,2	107,7	-	57,0	12,2	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	150,7	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	351,1	-
Total das dívidas	346,2	86,4	867,6	78,9	768,2	1.810,2	838,6
(-) Disponibilidades financeiras	27,9	23,0	133,2	34,9	159,9	372,8	116,1
Total das dívidas líquidas	318,3	63,4	734,4	44,0	608,3	1.437,4	722,5
Indicadores Relativos							
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado anualizado (vezes)	4,1	3,2	4,6	1,3	1,9	3,8	2,3
Dívidas líquidas / Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas (%)	67,3	50,4	67,9	30,0	46,1	51,2	49,7

Dívidas por distribuidora (continuação):

Dívidas Líquidas (R\$ milhões)	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Curto Prazo	37,4	5,0	33,9	137,7	2,6	27,0
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19,5	0,3	30,5	133,7	0,1	23,8
Debêntures	1,7	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	7,2	0,4	0,2	0,9	-	0,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	4,3	3,2	3,1	2,5	2,9
Parcelamento de encargos setoriais	8,7	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Longo Prazo	450,5	155,0	19,5	33,7	15,1	1,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	380,0	128,9	0,1	14,3	-	0,1
Debêntures	48,4	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,5	26,1	19,4	19,4	15,1	1,3
Parcelamento de encargos setoriais	21,6	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Total das dívidas	487,9	160,0	53,4	171,4	17,7	28,4
(-) Disponibilidades financeiras	194,4	45,1	28,7	57,6	12,7	12,0
Total das dívidas líquidas	293,5	114,9	24,7	113,8	5,0	16,4
Indicadores Relativos						
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado anualizado (vezes)	2,1	2,9	0,9	2,9	0,3	1,0
Dívidas líquidas / Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas (%)	32,9	70,6	17,1	71,8	6,4	43,7

5 Investimentos totalizam R\$ 701,5 milhões no semestre

No primeiro semestre de 2015, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 701,5 milhões (42,8% maior em relação ao realizado em 6M14), dos quais 65,9% (ou R\$ 462,6 milhões) realizados pelas empresas adquiridas do Grupo Rede. O montante investido nas distribuidoras adquiridas é 97,7% superior ao investido em igual período do ano anterior.

Investimentos Realizados

Investimentos (R\$ milhões)	Semestre		Variação	
	6M15	6M14	%	R\$ milhões
Energisa Mato Grosso	213,7	103,7	+ 106,1	+ 110,0
Energisa Tocantins	104,0	33,9	+ 206,8	+ 70,1
Energisa Mato Grosso do Sul	89,8	67,6	+ 32,8	+ 22,2
Energisa Paraíba	69,9	77,9	- 10,3	- 8,0
Energisa Sergipe	34,0	44,0	- 22,7	- 10,0
Energisa Minas Gerais	29,9	21,1	+ 41,7	+ 8,8
Energisa Borborema	9,9	9,4	+ 5,3	+ 0,5
Energisa Soluções	15,6	3,3	+ 372,7	+ 12,3
Bragantina	9,9	6,3	+ 57,1	+ 3,6
Caiuá	14,0	9,8	+ 42,9	+ 4,2
Nacional	10,5	4,9	+ 114,3	+ 5,6
Vale Paranapanema	9,0	6,0	+ 50,0	+ 3,0
Energisa Nova Friburgo	7,8	3,7	+ 110,8	+ 4,1
Força e Luz do Oeste	2,4	1,8	+ 33,3	+ 0,6
Ativos de geração alienados (*)	68,5	93,2	- 26,5	- 24,7
Outras	12,6	4,6	+ 173,9	+ 8,0
Total	701,5	491,2	+ 42,8	+ 210,3

(*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

6 Mercado de capitais

6.1 Informações sobre as ações da Energisa

As ações da Energisa são negociadas na BM&FBovespa sob os códigos: ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais). A seguir, os indicadores de mercado ao fim de junho:

Indicadores de Mercado	Junho/15	Junho/14	Variação %
Valor de Mercado (R\$ milhões)	3.379	2.717	+ 24,4
Enterprise Value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	9.753	9.738	+ 0,2
Dividendo yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	7,0	5,8	+ 20,7
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido	1,7	1,5	+ 13,3

(1) EV = Valor de mercado + dívida líquida.

(2) Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

6.2 Antecipação de dividendos do exercício de 2015

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou no dia 29 de junho, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do exercício de 2015, no montante de R\$ 100,4 milhões, o que equivale a R\$ 0,41 por Unit ou R\$ 0,082 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos foram pagos a partir do dia 20 de julho e fizeram jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 29/06/2015, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

6.3 Energisa realiza amortização parcial extraordinária da 6ª emissão de debêntures

A Energisa realizou, em 7 de abril de 2015, a amortização parcial extraordinária das debêntures emitidas no âmbito da 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia, emitida nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A Companhia desembolsou na amortização extraordinária um valor total de R\$ 886,0 milhões referente à amortização parcial extraordinária de 43,9% do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis desde a data de emissão até a presente data, sem alterar o número de debêntures emitidas em circulação.

6.4 Energisa Mato Grosso realiza amortização parcial extraordinária da 2ª emissão de debêntures

Em 7 de maio de 2015, a controlada Energisa Mato Grosso resgatou antecipadamente a totalidade das 100 (cem) debêntures remanescentes da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em treze séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia ("2ª Emissão"), referentes à 1ª série ("Debêntures Série CDI").

O valor unitário pago por cada debênture resgatada foi equivalente ao saldo do valor nominal unitário acrescido da atualização das Debêntures Série CDI, da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado, calculada nos termos do item 4.9 da Escritura da 2ª Emissão, perfazendo, assim, o montante total de R\$ 34,9 milhões pelo resgate antecipado das 100 (cem) Debêntures Série CDI. Com esse resgate antecipado não restam mais debêntures da 2ª emissão em circulação.

7 Evento subsequente - Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Energisa S/A concluiu em 20 de julho de 2015 a sua 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, em distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no montante de R\$ 110,0 milhões, com vencimento em 16 de janeiro de 2016.

A partir da data de emissão (20/07/2015), as Notas Promissórias farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia - DI, over extra-grupo, acrescida de um spread de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. A remuneração das Notas Promissórias será paga em uma única parcela, na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos por meio desta emissão destinam-se ao reforço do capital de giro da Companhia.

8 Três distribuidoras do Grupo Energisa conquistam o Prêmio Abradee 2015

O Grupo Energisa mostrou, mais uma vez, que está entre os melhores do setor elétrico do país. A consagração se deu em 15 de julho, em Brasília, com a vitória das distribuidoras Nacional, Energisa Paraíba e a Energisa Tocantins no Prêmio Abradee 2015.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) premiou as empresas em três categorias. Entre as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores, a Energisa Tocantins levou o troféu de Melhor Distribuidora do Norte/Centro-Oeste, pela primeira vez. Já a Energisa Paraíba venceu em Gestão Operacional. No grupo de empresas com até 500 mil consumidores, a Nacional conquistou a melhor avaliação em Responsabilidade Social.

Em sua 17ª edição, concorreram ao Prêmio Abradee 42 distribuidoras, em categorias que avaliaram a satisfação do cliente, gestão operacional, gestão econômico-financeira, evolução do desempenho e responsabilidade social.

9 S&P altera perspectiva dos ratings da Energisa para positiva

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) alterou a perspectiva dos ratings de crédito corporativo de longo prazo da Energisa, de negativa para positiva. A agência também confirmou os ratings 'BB' na escala global e 'brAA-' na Escala Nacional Brasil da Energisa e das subsidiárias Energisa Paraíba e Energisa Sergipe.

Em texto divulgado ao mercado, a agência de ratings afirma que a perspectiva positiva reflete a visão da S&P de que as métricas de crédito da Energisa poderão melhorar nos próximos dois ou três anos, o que poderia levar a um perfil de risco financeiro mais conservador. Isso em função da melhoria operacional do Grupo Energisa, em especial nos ativos de distribuição de eletricidade que a empresa adquiriu da Rede Energia, em abril de 2014.

Além disso, a S&P reforça que a Energisa recentemente pré-pagou R\$ 1,2 bilhão referente às debêntures que emitiu para financiar a aquisição dos ativos da Rede Energia utilizando recursos captados com a recente venda dos ativos de geração. Essa transação representou aproximadamente R\$ 1,7 bilhão de caixa, o que superou, segundo o comunicado, as expectativas iniciais da agência de risco, sendo que desse montante a Energisa já recebeu R\$ 1,5 bilhão e o remanescente deverá vir nos próximos meses.

10 Renovação de Concessões

Em 7 de julho de 2015, venceram os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica das controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (MG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia (RJ), Caiuá Distribuição de Energia (SP), Companhia Nacional de Energia Elétrica (SP), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (SP), Empresa Elétrica Bragantina (SP) e Companhia Força e Luz do Oeste (PR).

Em atendimento ao prazo disposto nos referidos Contratos, as controladas requereram, em junho de 2012, a prorrogação de suas Concessões. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica,

vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 3 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia (“MME”) poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos determinados critérios de qualidade operacional e eficiência de gestão econômico-financeira.

A efetiva renovação dos contratos de concessão está em suspenso aguardando um parecer final do Tribunal de Contas da União (“TCU”). Até esta apreciação final, conforme preveem os respectivos contratos de concessão, as distribuidoras permanecem à frente dos serviços.

11 Concluída a alienação dos ativos de geração, com a venda da Tangará Energia

Em 30 de maio de 2015, foi concluída pela controlada Rede Energia S/A a alienação da UHE Tangará Energia S/A, de 120 MW, para a São João Energética, sociedade indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners. O valor da alienação totalizou R\$ 193,9 milhões, já tendo a referida controlada recebido até 30 de junho a importância de R\$ 171,3 milhões. A Energisa reconheceu, no período encerrado em 30 de junho de 2015, ganho de capital em função desta venda no montante de R\$ 104,0 milhões.

12 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa e suas controladas nos primeiros seis meses de 2015 foi de R\$ 4.945 mil pela revisão das demonstrações financeiras e consultoria. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	22.349	50.249	597.082	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	99	6.046	806.633	998.535
Clientes, consumidores e concessionárias	5.165	5.158	1.776.620	1.403.552
Títulos de créditos a receber	-	-	67.381	65.070
Estoques	66	53	28.452	29.474
Impostos a recuperar	8.347	193	373.919	307.260
Dividendos a receber	8.272	30.127	-	-
Outros créditos	2.492	3.135	711.714	536.429
Instrumentos financeiros derivativos	53.110	-	174.443	59.705
Ativos regulatórios	-	-	901.918	439.948
Contas a receber da concessão	-	-	937.558	861.289
Contas a receber - Vendas ativos	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	818.984	-	2.014.537
Total do circulante	99.900	913.945	6.375.720	7.291.871
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	52.986	50.022
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	130.495	138.433
Títulos de créditos a receber	-	-	59.494	43.473
Ativos regulatórios	-	-	350.676	568.853
Créditos com partes relacionadas	697.622	760.728	91.717	106.328
Impostos a recuperar	18.397	-	189.509	173.111
Créditos tributários	29.481	209.190	706.957	928.170
Depósitos e cauções vinculados	68	41	184.362	163.318
Instrumentos financeiros derivativos	52.784	74.361	88.697	157.398
Contas a receber da concessão	-	-	2.396.511	2.162.764
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-
Outros	21	24	90.290	183.949
	798.373	1.044.344	4.341.694	4.675.819
Investimentos	3.060.808	2.934.043	24.957	36.410
Imobilizado	9.561	9.098	104.100	85.208
Intangível	5.586	4.717	6.396.398	6.512.334
Total do não circulante	3.874.328	3.992.202	10.867.149	11.309.771
Total do ativo	3.974.228	4.906.147	17.242.869	18.601.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	747	1.182	1.002.914	966.244
Encargos de dívidas	6.180	7.353	70.240	42.462
Empréstimos e financiamentos	557.156	372.840	1.427.570	1.233.487
Debêntures	615.783	726.084	664.465	786.868
Tributos e contribuições sociais	8.584	80.519	472.026	434.254
Parcelamento de impostos	-	-	20.579	22.851
Dividendos a pagar	2.440	1.993	11.832	14.592
Obrigações estimadas	2.326	1.398	122.554	85.545
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	-	-	172.189	11.895
Taxa de iluminação pública	-	-	54.414	47.579
Benefícios a empregados - plano de pensão	255	255	27.321	27.856
Obrigações intrassetoriais	-	-	113.128	118.783
Passivos regulatórios	-	-	657.345	214.641
Taxas regulamentares	-	-	40.306	291.281
Incorporação de redes	-	-	155.105	146.424
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	84.011	-
Outras contas a pagar	53.308	53.170	159.902	365.805
Passivos disponíveis para venda	-	32.348	-	1.221.309
Total do circulante	1.246.779	1.277.142	5.255.901	6.031.876
Não circulante				
Fornecedores	-	-	364.932	359.895
Empréstimos e financiamentos	155.130	199.215	3.363.827	2.841.085
Debêntures	454.305	1.398.032	1.427.386	2.386.610
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	366.046	328.231
Tributos e contribuições sociais	-	-	89.512	75.964
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	1.595.299	1.765.217
Parcelamento de impostos	-	-	84.885	90.712
Débitos com partes relacionadas	92.575	144.018	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	582.528	629.114
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.637	1.510	180.063	174.188
Passivos regulatórios	-	-	172.620	440.339
Taxas regulamentares	-	-	172.269	177.585
Incorporação de redes	-	-	201.462	217.973
Outras contas a pagar	6.343	3.291	251.346	83.993
Total do não circulante	709.990	1.746.066	8.852.175	9.570.906
Patrimônio líquido				
Capital social	1.010.000	1.010.000	1.010.000	1.010.000
Ações em tesouraria	(42.675)	(42.675)	(42.675)	(42.675)
Reserva de capital	1.848	1.848	1.848	1.848
Reserva de lucros	874.812	874.812	874.812	874.812
Aquisição de ações de controladas	(4.512)	-	(4.512)	-
Lucros do período	300.707	-	300.707	-
Dividendos adicionais propostos	-	130.946	-	130.946
Ajustes de avaliação patrimonial	(35.894)	(5.165)	(35.894)	(5.165)
Outros resultados abrangentes	(86.827)	(86.827)	(86.827)	(86.827)
	2.017.459	1.882.939	2.017.459	1.882.939
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.117.334	1.115.921
Total do patrimônio líquido	2.017.459	1.882.939	3.134.793	2.998.860
Total do passivo e patrimônio líquido	3.974.228	4.906.147	17.242.869	18.601.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA S/A
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	6M15	6M14	6M15	6M14
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	7.436.088	3.254.474
Suprimento de energia elétrica	-	-	240.111	117.183
Disponibilidade do Sistema Elétrico	-	-	226.358	86.963
Vendas de energia a consumidores livres	-	-	220.334	200.564
Serviços especializados	31.771	32.104	33.021	24.023
Receita de construção	-	-	529.619	252.479
Outras receitas	-	-	147.941	114.101
	31.771	32.104	8.833.472	4.049.787
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	-	-	1.566.656	701.614
PIS, Cofins e ISS	3.576	3.617	752.455	354.189
Quotas para a reserva global de reversão	-	-	-	-
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	1.178.904	68.507
	3.576	3.617	3.498.015	1.124.310
Receita operacional líquida	28.195	28.487	5.335.457	2.925.477
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal (inclui fundo de pensão)	12.330	7.803	363.360	266.380
Material	291	257	60.728	30.689
Serviços de terceiros	29.512	21.578	370.615	184.840
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	2.791.851	1.512.083
Transporte de potência elétrica	-	-	334.367	101.029
Depreciação e amortização	19.976	8.443	377.692	164.035
Provisão para contingências /devedores duvidosos	(158)	175	(80.442)	9.116
Custo de construção	-	-	529.619	252.479
Outras despesas / receitas	(465.717)	921	(355.440)	65.103
	(403.766)	39.177	4.392.350	2.585.754
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	431.961	(10.690)	943.107	339.723
Receita (Despesa) financeira				
Receitas de aplicações financeiras	6.840	37.099	117.637	65.492
Variação monetária e acréscimo moratório de energia	-	-	76.398	62.111
Atualização contas a receber da concessão - VNR	-	-	92.050	19.131
Atualização financeira - CVA	-	-	139.350	-
Ajuste a valor presente	-	-	(15.769)	-
Outras receitas financeiras	70.345	20.401	85.302	26.809
Encargos de dívidas - juros	(140.736)	(90.059)	(354.808)	(214.736)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(81.072)	11.665	(346.931)	84.082
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	6.143	3.560
Ajuste a valor presente de ativos	-	-	(7.182)	3.219
Marcação a mercado de derivativos	(45.324)	17.010	(97.501)	67.948
Instrumentos financeiros derivativos	63.276	(36.923)	163.646	(104.512)
Juros passivos regulatórios	-	-	(86.364)	-
Outras despesas financeiras	(29.195)	(4.471)	(223.430)	(125.824)
	(155.866)	(45.278)	(451.459)	(112.720)
Resultado de equivalência patrimonial	193.629	185.669	(23)	(3.932)
Resultado antes dos impostos	469.724	129.701	491.625	223.071
Contribuição social e imposto de renda	(179.708)	-	(158.988)	(62.732)
Resultado de operações descontinuadas	10.691	6.278	(7.122)	9.964
Lucro líquido do período	300.707	135.979	325.515	170.303
Lucro atribuível a:				
Acionistas da controladora	-	-	300.707	136.665
Acionistas não controladores	-	-	24.808	33.638
Lucro líquido por ação - R\$	0,2414	0,1092		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	6M15	6M14	6M15	6M14
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	469.724	129.701	491.625	223.071
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	167.327	41.295	392.448	(84.081)
Resultado de equivalência patrimonial	(193.629)	(185.669)	23	3.932
Depreciação e amortização	19.976	8.443	377.692	179.507
Reversão de investimentos avaliados ao custo	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(119)	166
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	175	(77.920)	6.604
Valor residual de ativos permanentes baixados	-	-	-	-
Marcação mercado derivativos	45.324	(17.011)	97.501	(67.948)
Instrumentos financeiros derivativos	(63.276)	36.923	(163.646)	104.512
Perda na alienação de bens do imob. e do intangível	46	-	57.773	12.592
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	-	-	14.320
Ganho de capital na alienação de ativos	(466.553)	-	(570.433)	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
(Aumento) de clientes, consumidores e concessionários	(7)	(454)	(288.613)	(134.536)
(Aumento) de ativos regulatórios	-	-	(104.443)	-
Diminuição de títulos de créditos a receber	-	-	(41.283)	115.792
Diminuição (aumento) de estoques	(13)	16	(185)	(1.119)
(Aumento) de impostos a recuperar	(26.551)	(6.552)	(83.057)	(42.577)
Diminuição de cauções e depósitos vinculados	(27)	-	(11.135)	(9.320)
Diminuição de despesas pagas antecipadamente	56	25	(3.992)	-
Diminuição (aumento) de outros créditos	4.819	(256.563)	(52.849)	693.422
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
Aumento (diminuição) de fornecedores	(435)	(1.502)	8.404	(862.580)
(Diminuição) de folha de pagamento	-	(311)	5.341	(14.160)
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	11.078	(372)	(118.381)	(384.019)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.803)	-	(162.582)	(19.201)
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	928	1	37.009	205.445
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher	-	-	160.294	(84.033)
Aumento de passivos regulatórios	-	-	88.621	-
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	(5.643)	(18)	(18.449)	(498.029)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	(134.659)	(251.873)	19.644	(642.240)
Atividades de investimentos				
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros	(60.591)	(1.192.832)	11.453	879
Aquisição de ativo imobilizado	(1.248)	104	(27.508)	(160.350)
Aplicações no intangível	(1.549)	(904)	(443.107)	(132.053)
Recebimento de dividendos	104.921	24.000	-	-
Aplicações financeiras e recursos vinculados	12.787	152.680	306.575	821.204
Resgate de aplicação financeiras	-	-	-	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	-	-	-	7.774
Diminuição de créditos com partes relacionadas	6.670	-	-	-
Caixa equivalente de caixa adquirido em 11/04/2014	-	-	-	285.759
Recebimento pela venda de ativos alienados	1.327.074	-	1.498.424	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	1.388.064	(1.016.952)	1.345.837	823.213
Atividades de financiamento				
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	265.000	1.495.147	1.051.683	1.578.783
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	(1.144.383)	(31.587)	(1.747.330)	(540.746)
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	(257.395)	(8.710)	(302.313)	(67.817)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(13.581)	(31.320)	57.923	(43.860)
Pagamentos de dividendos	(130.946)	(100.038)	(133.706)	(100.038)
Partes relacionadas	-	-	14.611	-
Parcelamento de impostos	-	-	(8.099)	(1.457)
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	(277.240)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.281.305)	1.323.492	(1.344.471)	824.865
Variação líquida do caixa	(27.900)	54.667	21.010	1.005.838
Saldo inicial de caixa e equivalentes	50.249	75.107	576.072	252.185
Saldo final de caixa e equivalentes	22.349	129.774	597.082	1.258.023
Variação líquida do caixa	(27.900)	54.667	21.010	1.005.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas às empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Renovação de concessões:

Em 07 de julho de 2015, venceram os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica das controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste.

Em atendimento ao prazo disposto nos referidos Contratos, as controladas requereram, em junho de 2012, a prorrogação de suas Concessões. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia (“MME”) poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos os seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

Ainda nos termos do Decreto nº 8.461/2015, a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou em seu termo aditivo.

Em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/2015, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, com período para envio de contribuição até 13 de julho de 2015.

Em 12 de junho de 2015, no âmbito do processo de monitoramento, dentro do qual foram solicitados esclarecimentos adicionais ao MME relativamente à renovação das concessões de distribuição de energia elétrica, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) emitiu Despacho sobre Adoção de Medida Cautelar, dentre outras medidas processuais, decidindo por “determinar, cautelarmente, com fulcro no art. 276, do Regimento Interno do TCU, que o MME se abstenha exercer a competência prevista no art. 3º-A, inciso II, da Lei 9.427/1996, para celebrar, diretamente ou por meio de delegação, termos aditivos para a prorrogação dos contratos de distribuição vincendos, com base no Decreto 8.461/2015, até o julgamento do mérito deste processo”.

No referido Despacho do TCU, restou indicada pelo Ministro Relator que a abstenção demandada do MME diz respeito unicamente à celebração dos termos aditivos, não restringindo a sua atuação nem de outros órgãos no atendimento às disposições do Decreto 8.461/2015, inexistindo óbice, por exemplo, ao prosseguimento da Audiência Pública nº 038/2015 ou à adoção de outras providências preliminares e preparatórias à formalização dos contratos.

O Ministro Relator do TCU assinalou a não incidência de *periculum in mora* reverso, uma vez que o art. 9º da Lei 12.783/2013 prevê a possibilidade de que as controladas permaneçam à frente do serviço por tempo necessário à realização da licitação ou mesmo de uma prorrogação por prazo menor que o máximo autorizado, como também disposto nos Contratos de Concessão vencidos.

A Administração da Companhia aguarda a posição final do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 16, 19, 29 e 36, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de Geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia, é como segue:

- I - Implantar e operar PCH;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração da PCH;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas, com objetivos de racionalizar custos, são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções S/A e Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social da Rede de Eletricidade e Serviços S.A.), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Capital Circulante:

A Energisa apresentou o capital circulante líquido negativo em 30 de junho de 2015, no montante de R\$1.146.879 na controladora. No final de março de 2015 a Companhia concretizou a venda dos ativos de geração para São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R\$1.499.709, já tendo recebido R\$1.376.833, mais determinados ajustes normais em operações dessa natureza. A Companhia espera receber adicionais R\$122.876 referente a venda dos ativos de geração ainda neste segundo semestre de 2015, relativos a ajustes de preços complementares conforme disposto nos contratos firmados. Adicionalmente, a administração considera que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de substituição das dívidas de curto prazo em curso, irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

Aquisição de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, EMT e EMS, juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informou aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.- EMS, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da ANEEL. As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT e na Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. - ETO, Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no valor total de

R\$1.295.356, sendo que todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da aquisição do controle acionário do Grupo Rede pela Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das Companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação com objetivo de solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/2012 mencionadas acima, a controlada Rede Energia, na qualidade de acionista controladora direta das companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro/2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria Rede Energia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Rede Energia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a controlada Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa nº 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. Em 08 de abril de 2014, a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A.

1.2. Recuperação Judicial

Em 26 de novembro de 2012, a controlada Rede Energia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Naquela mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S.A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge").

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da controlada Rede Energia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Rede Energia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da controlada Rede Energia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Rede Energia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não

pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013.

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (Chapter 15), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial está sendo estritamente cumprido.

De toda forma, atualmente ainda está pendente uma decisão final e transitada em julgado de dois recursos apresentados por credores estrangeiros que poderão impactar diretamente no plano de recuperação aprovado: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajustamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo. Existem ainda outros recursos que, no entanto, envolvem questões periféricas da recuperação judicial.

1.3. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades JQMJ Participações S.A. ("JQMJ"), BBPM Participações S.A. ("BBPM"), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Rede Energia S.A. e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa comprometia-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

1.4. Plano de recuperação judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A Companhia já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, sendo tais recursos subsequentemente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento aos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

. Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*

. Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes à Opção C serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, com juros de 12,5% a.a., incidentes a partir da data de pagamento da cessão, prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento, com as mesmas taxas; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a fórmula ao crédito a título de multa após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo posição em 30 de junho de 2015 dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	1.743.157	-	-	573.349	2.316.506
. Já pagos	908.553	-	-	573.349	1.481.902
. A pagar (Bonds ao câmbio R\$ 2,2025/USD)	834.604	-	-	-	834.604
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%)(2)	429.200	-	-	65.792	494.992
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos	456.182	712.520	102.410	97.754	1.368.866
. Com juros de 1%	456.182	-	102.410	97.754	656.346
. Com juros de TR + 4% aa	-	712.520	-	-	712.520
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	-	-	-	50	50
Valores a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95%	-	-	-	62.574	62.574
Passivo assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial	885.382	712.520	102.410	226.170	1.926.482
Movimentação 1º trimestre					
Atualização (1)	82.065	38.436	17.884	28.669	167.054
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	(500.353)	-	(87.097)	(994.033)
Movimentação 2º trimestre					
Descontos (1)	-	-	-	(59.444)	(59.444)
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(19.351)	(120.294)	(69.362)	(641.364)
Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	128.507	231.252	-	38.936	398.695
Atualização (5)	837	8.818	-	425	10.080
Ajuste a valor presente (5) e (3)	1.204	(543)	-	1.011	1.672
Atualização (5)	2.684	10.283	-	868	13.835
Ajuste a valor presente (5) e (3)	1.283	1.629	-	579	3.491
Total em 30 de junho de 2015 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	134.515	251.439	-	41.819	427.773

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período/ exercício da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados diretamente no balanço de abertura R\$167.054.

(2) Pagamentos realizados pela Energisa S.A.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia cerca de R\$26.781 e pela Energisa R\$494.992. Em setembro de 2014, foi liquidada a dívida da controlada Tangará (geradora alienada em maio de 2015), com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579.

(5) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados na demonstração de resultado.

Cessão de Créditos- Opção C

De acordo com o plano de recuperação judicial, os credores do Grupo Rede cederam seus direitos de crédito para a Energisa com um "desconto", da ordem de 75% do valor da dívida. Os créditos cedidos, serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa nas seguintes condições: (i) 25% do montante total do crédito será pago em parcela única, em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão, prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento, com as mesmas taxas; (ii) o valor remanescente, correspondente a 75% do montante total do crédito, será pago ao fim de 22 anos, em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano.

A partir da assunção de controle do Grupo Rede pela Energisa, em 11 de abril de 2014, e conforme previsão no Plano de Recuperação Judicial e opção dos credores, foram concluídas as cessões de créditos detidos pelos credores contra as recuperandas para a Energisa, contra o pagamento de 25% do seu valor. Os créditos montam R\$494.992, dos quais R\$444.299 já foram liquidados. Estes valores foram registrados pela Energisa a valor justo, a débito de créditos com parte relacionadas contra outras contas a pagar no passivo circulante.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014"), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	30/06/2015	31/12/2014
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (5)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR) (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
Pequena Central Hidrelétrica ZêTunin S/A (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
SPE Cristina Energia S/A (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2)	Holding em geração eólica de energia	-	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	-	100
Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4)	Holding em geração de energia elétrica -biomassa de cana de açúcar	-	100
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	50
JQM Participações S/A	Holding	99,99	99,95

- (1) Em fase pré-operacional.
- (2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A (alienada em março de 2015).
- (3) Companhias Abertas.
- (4) Geração de energia elétrica movida a biomassa de bagaço de cana de açúcar (alienada em março de 2015).
- (5) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.
- (6) Empresas alienadas em março de 2015.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/06/2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.113.947	146	199.616	21.748	5.335.457
Receitas Intersegmentos	3.458	-	-	70.198	73.656
Total	5.117.405	146	199.616	91.946	5.409.113
Receitas Financeiras	480.006	16	1.371	118.106	599.499
Despesas Financeiras	(706.044)	(181)	(2.856)	(341.877)	(1.050.958)
Total	(226.038)	(165)	(1.485)	(223.771)	(451.459)
Depreciação e amortização	353.255	17	20	24.400	377.692
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	199.635	(188)	(2.638)	294.816	491.625

	30/06/2014				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.729.534	4.925	177.952	13.066	2.925.477
Receitas Intersegmentos	2.930	-	4.827	48.935	56.692
Total	2.732.464	4.925	182.779	62.001	2.982.169
Receitas Financeiras	133.783	8	2.280	57.238	193.309
Despesas Financeiras	(211.120)	(1)	(1.615)	(93.293)	(306.029)
Total	(77.337)	7	665	(36.055)	(112.720)
Depreciação e amortização	141.868	15	16	22.136	164.035
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	257.813	7.766	12.213	(54.721)	223.071

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	30/06/2015	31/12/2014
Ativos dos segmentos divulgáveis	16.337.203	2.624	178.641	765.484	17.283.952	18.617.059
Ativo circulante	5.945.690	476	64.272	416.787	6.427.225	7.381.988
Ativo não circulante	10.391.513	2.148	114.369	348.697	10.856.727	11.235.071
Passivos dos segmentos divulgáveis	10.632.976	332	329.598	3.186.253	14.149.159	15.618.199
Passivo circulante	3.935.295	328	29.804	1.341.979	5.307.406	6.121.992
Passivo não circulante	6.697.681	4	299.794	1.844.274	8.841.753	9.496.207

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	2.748.546	5.409.113	2.211.676	2.982.169
Eliminação de receitas intersegmentos	(46.557)	(73.656)	(32.072)	(56.692)
Receita líquida consolidada	2.701.989	5.335.457	2.179.604	2.925.477
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	199.407	377.692	126.856	164.035
Depreciação e amortização consolidada	199.407	377.692	126.856	164.035
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	310.627	599.499	137.823	193.309
Eliminação de receitas intersegmentos	(58.483)	(104.531)	(14.202)	(19.766)
Receita financeira consolidada	252.144	494.968	123.621	173.543
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(418.599)	(1.050.958)	(256.599)	(306.029)
Eliminação de receitas intersegmentos	58.483	104.531	14.202	19.766
Despesa financeira consolidada	(360.116)	(946.427)	(242.397)	(286.263)
Lucros				
Total de lucros dos segmentos reportáveis	63.936	491.625	127.822	223.071
Lucro antes dos impostos	63.936	491.625	127.822	223.071

	30/06/2015	31/12/2014
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	17.283.952	18.617.059
Outros valores não alocados	(41.083)	(15.417)
Total Ativo consolidado	17.242.869	18.601.642
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	14.149.159	15.618.199
Outros valores não alocados	(41.083)	(15.417)
Total passivo consolidado	14.108.076	15.602.782

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalentes de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	3.650	4.961
Caixa	CDB	29/12/2017 a 31/01/2018	100,0% a 100,5% do CDI	-	38.503	107.366	175.878
Caixa	Debentures (2)	29/12/2017 a 30/05/2019	101,5% do CDI	16.705	10.585	56.835	128.952
Caixa FID	CDB	31/03/2018	100,5% do CDI	-	-	559	1.038
Itaú	Debentures (2)	19/06/2017	100,0% do CDI	1.500	-	23.430	-
Itaú	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	4.010	7.044
Itaú	Compromissada	17/05/2017	90% do CDI	-	-	291	-
Santander	Debentures (2)	26/03/2017 a 21/03/2017	103,2% do CDI	1.552	52	228.150	112.802
				19.757	49.140	424.291	430.675
Caixas e bancos				2.592	1.109	172.791	145.397
Total caixa e equivalência de caixa				22.349	50.249	597.082	576.072

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ABC Brasil	CDB	25/09/2015 a 11/02/2016	103,0% a 107,0% do CDI	-	-	5	5
Banco do Brasil	CDB	08/03/2016 a 09/08/2019	95,0% a 100% do CDI	-	-	25.001	25.005
Banrisul	Fundo de Investimento	-	89,25% do CDI	-	-	53	51
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	102,42% do CDI	25	28	25	136.797
BES	CDB	27/08/2015 a 09/03/2017	100,0% a 104,5% do CDI	-	-	49	47
BICBanco	CDB	24/08/2015 a 10/02/2016	98,0% a 108,0% do CDI	22	20	94	88
BMG	CDB	14/01/2016	100,0% do CDI	-	-	1	11
Bradesco	CDB	19/09/2016 a 20/03/2017	70,0% a 96,0% do CDI	-	-	1.563	2.043
Bradesco	Fundo de Investimento	-	101,56% do CDI	-	-	65.945	36.548
Bradesco	Debentures (2)	24/08/2015	75% do CDI	-	-	1.067	-
BTG Pactual	CDB	05/12/2015	101,0% do CDI	21	20	122	115
BVA	CDB	05/11/2015	103,0% do CDI	-	-	4	-
Caixa	CDB	31/01/2018 a 04/09/2019	100,0% a 100,5% do CDI	-	-	6.623	16.936
Caixa	Deposito caução c/c	-	-	-	-	60	10
Caixa	Poupança	-	Poupança	-	-	160	146
Bradesco	poupança	-	poupança	-	-	94	108
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	-	-	706	671
HSBC	Fundo de Investimento	-	103,2% do CDI	19	18	19	18
Itaú	CDB	21/10/2015 a 13/04/2016	90,0% a 102,0% do CDI	-	5	1.950	2.009
Itaú	Debentures (2)	30/09/2016 a 21/03/2017	75,0% a 102,0% do CDI	-	-	711	500
Itaú	Fundo de Investimento	-	65,64% do CDI	-	-	40.126	1.999
Itaú	Fundo de investimento em direito	-	100% do CDI	-	-	-	38.479
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	101,11% do CDI	-	-	55	51
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	100,5% do CDI	-	-	12.508	2.801
Modal	CCB	29/04/2016	IPCA + 2%a.m	-	-	-	37.484
CEF	CDB	31/01/2018	100,5% do CDI	-	-	-	550
Nordeste	CDB	28/07/2017 a 09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	-	-	37.351	42.312
Pine	CDB	11/06/2015 a 08/02/2017	100,0% a 104,0% do CDI	-	-	258	244
Safra	CDB Automático	31/12/2014	10,00% do CDI	-	-	-	8
Safra	Debentures (2)	18/08/2015 a 20/08/2015	100,8% do CDI	12	11	70	65
Safra	CDB	24/02/2015 a 22/03/2016	101,00% do CDI	-	-	18	17
Santander	CDB	30/12/2016	100,5% a 102,10% do CDI	-	-	980	998
Citibank	Fundo de Investimento	15/01/2025	101,56% do CDI	-	-	8.710	8.286
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de investimento	-	108,10% do CDI	-	-	170.069	97.931
FIM Zona da Mata (4)	Fundo de investimento	-	96,40% do CDI	-	-	478.292	583.907
Votorantim	CDB	24/04/2016	90,0% do CDI	-	-	5	13
				99	102	852.694	1.036.253

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento	29/12/2020	100,0% do CDI	-	-	6.925	6.361
Mercantil	DPGE	24/04/2016	112,0% do CDI	-	5.944	-	5.943
					5.944	6.925	12.304
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				99	6.046	859.619	1.048.557
Circulante				99	6.046	806.633	998.535
Não circulante				-	-	52.986	50.022

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$99 (R\$103 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$211.229 (R\$231.521 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes

Classes de Consumo	Controladora (1)		Consolidado							Total	
	30/06/2015	31/12/2014	Saldos Vincendos (2)	Vencidos					30/06/2015	31/12/2014	
				Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias			
Residencial	-	-	235.392	184.698	49.171	16.756	1.962	4.624	492.603	362.573	
Industrial	-	-	165.607	27.596	4.790	2.835	5.015	18.702	224.545	164.707	
Comercial	-	-	185.708	50.348	11.239	5.382	4.074	11.202	267.953	203.028	
Rural	-	-	55.177	20.170	8.623	3.353	825	907	89.055	63.544	
Poder público:											
Federal	-	-	13.768	5.054	2.027	755	391	91	22.086	15.942	
Estadual	-	-	23.682	3.451	1.867	455	131	69	29.655	23.489	
Municipal	-	-	25.997	5.673	3.264	1.115	300	9.849	46.198	34.526	
Iluminação pública	-	-	27.515	5.180	1.244	371	179	15.595	50.084	37.729	
Serviço público	-	-	36.611	8.662	2.965	2.288	3.651	79.865	134.042	112.005	
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	-	-	117.342	5.218	4.354	5.112	16.359	92.279	240.664	248.834	
(-) Ajuste valor Presente (4)	-	-	(10.315)	-	-	-	-	-	(10.315)	(11.223)	
Subtotal -clientes	-	-	876.484	316.050	89.544	38.422	32.887	233.183	1.586.570	1.255.154	
Concessionárias (3)	-	-	78.350	-	-	-	-	12.816	91.166	136.293	
Fornecimento não faturado	-	-	442.948	-	-	-	-	-	442.948	372.174	
Serviços Especializados	-	-	40	2.929	1.058	123	13	7.197	11.360	946	
Outros (5)	5.165	5.158	93.545	7.726	3.465	1.267	9.825	20.989	136.817	136.400	
Redução do uso do sistema de distribuição (6)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(44.653)	(905)	(10.826)	(21.179)	(29.144)	(267.240)	(373.947)	(371.183)	
Total	5.165	5.158	1.458.915	325.800	83.241	18.633	13.581	6.945	1.907.115	1.541.985	
Circulante	5.165	5.158	-	-	-	-	-	-	1.776.620	1.403.552	
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	130.495	138.433	

- (1) Referem-se a serviços administrativos prestados às controladas, suportados por contratos aprovados pela ANEEL (vide nota explicativa nº 13).

- (2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$40.195 (R\$81.512 em 31 de dezembro de 2014). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$204.303 (R\$107.462 em 31 de dezembro de 2014), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Composição dos créditos da CCEE		
Saldos a vencer	19.892	63.508
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	15.559	15.236
Créditos vencidos (b)	4.744	2.768
	40.195	81.512
(-) Aquisição de energia na CCEE	(177.434)	(96.312)
(-) Encargos de serviços do sistema	(26.869)	(11.150)
	(164.108)	(25.950)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (b) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa.

- (4) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente foi utilizado uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia elétrica, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (5) Inclui serviços taxados, arrecadação em processo de classificação e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n.º 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante, no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem a:

- Contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores por meio de “Termos de Confissão de Dívida”, que na sua grande maioria são atualizadas com base na variação do IGPM.
- (1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisatório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está em 15º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os 11 precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados (informação não revisada pelos auditores independentes).

A controlada EMT constituiu provisão de perda da atualização, assim o título ficou registrado pelo seu valor original.

- A controlada EMS também possui precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001, cedidos pelos municípios entre os anos de 2005 e 2006, para quitar faturas de energia elétrica, pendentes de pagamento. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório.

Determinadas operações, que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber	238.098	218.595
Ajuste a valor presente	(46.583)	(37.965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(64.640)	(72.087)
	126.875	108.543
Circulante	67.381	65.070
Não circulante	59.494	43.473

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	64.640
2015	78.840
2016	13.078
2017	9.988
2018	2.277
2019	1.505
2020 em diante	21.187
Total	191.515

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consolidado

Movimentação das provisões	30/06/2015	31/12/2014
Saldo - inicial - circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	443.270	57.150
Saldo adquiridos em 11 de abril de 2014	-	429.433
Provisões constituídas no período/exercício	5.608	13.576
Reversão de provisões no período/exercício	(10.291)	(56.889)
Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014	438.587	443.270
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	373.947	371.183
Títulos de créditos a receber	64.640	72.087

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Cientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros -Vencidos há mais 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores(%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.895, de 16/06/2015	3,06%	18/06/2015
ENF	Resolução 1.894, de 16/06/2015	14,07%	18/06/2015
EPB	Resolução 1.785, de 26/08/2014	21,81%	28/08/2014
EBO	Resolução 1.854, de 03/02/2015	39,55%	04/02/2015
ESE	Resolução 1.877, de 14/04/2015	13,26%	22/04/2015
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61%*	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

*valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo à CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode

solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
EMG	Resolução 1.293, de 05/06/2012	1,20%	18/06/2012
ENF	Resolução 1.292, de 05/06/2012	-4,82%	18/06/2012
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

11 Ativos e passivos regulatórios - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Distribuidoras de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores, são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. As controladas assinaram junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta Consumo de Combustível - CCC	5.630	2.613
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	140.208	6.412
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	10.955	9.636
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	4.340	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	1.759	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	105.450	81.532
Energia elétrica comprada para revenda	932.434	838.299
Sobrecontratação de energia (ii)	15.319	52.606
Itens financeiros		
CUSD	1.701	-
Exposição de submercados	14.245	-
Outros itens financeiros	18.961	17.703
Neutralidade da Parcela A (iv)	1.592	-
Total Ativo Regulatório	1.252.594	1.008.801
Circulante	901.918	439.948
Não Circulante	350.676	568.853
Passivos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	425	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	962	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	316.506	316.088
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.447	-
Energia elétrica comprada para revenda	46.277	-
Sobrecontratação de energia (ii)	402.761	291.278
Itens financeiros		
CUSD	111	-
Exposição de submercados	572	-
Outros itens financeiros	39.553	25.942
Recuperação dos 3% sobre contratação de E.E	-	18.598
Neutralidade da Parcela A (iv)	19.351	3.074
Total Passivo Regulatório	829.965	654.980
Circulante	657.345	214.641
Não Circulante	172.620	440.339
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	422.629	353.821

Efeito na demonstração do resultado - Consolidado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita Operacional	16.650	15.822
Outras Despesas Financeiras	30.981	52.986
Total Resultado	47.631	68.808

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

Os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços e no resultado financeiro.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	-	-	40.360	58.158
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	94.502	86.098
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	34.007	18.454
Ordens de desativação em curso	-	-	9.025	7.170
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.193	2.450
Adiantamentos	1.138	1.005	23.920	23.194
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	372.745	238.849
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	-	-	58.127	57.883
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(25.283)	(26.027)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	-	-	11.246	11.246
Sub rogação do CCC (6)	-	-	37.871	42.857
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	23.488	12.663
Padrão de baixa renda	-	-	3.621	4.969
Plano de Universalização	-	-	3.970	4.597
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Crédito a receber Banco Pine	-	-	2.017	1.663
Contas a receber empresas disponíveis para venda	-	-	4.304	136.093
Créditos a receber de terceiros	-	-	21.472	23.902
Despesas pagas antecipadamente	27	56	8.243	4.251
Reembolso CDE - bandeira tarifária	-	-	29.594	-
Outros	1.348	2.098	37.878	3.204
Total	2.513	3.159	802.004	720.378
Circulante	2.492	3.135	711.714	536.429
Não circulante	21	24	90.290	183.949

(1) Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos -31/12/2014	3.533	467	7.908	23.574	1.504	6.543	4.045	6.401	4.183	58.158
Subvenção baixa renda	7.848	719	17.232	36.074	4.435	15.386	10.483	15.049	5.767	112.993
Ressarcimento Eletrobrás	(9.451)	(969)	(16.984)	(44.602)	(4.820)	(17.694)	(11.481)	(17.494)	(7.296)	(130.791)
Saldos -30/06/2015	<u>1.930</u>	<u>217</u>	<u>8.156</u>	<u>15.046</u>	<u>1.119</u>	<u>4.235</u>	<u>3.047</u>	<u>3.956</u>	<u>2.654</u>	<u>40.360</u>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo. Em julho de 2015 foram recebidos pelas controladas o montante de R\$24.799 referente à subvenção baixa renda.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	107.124	111.710	73.369	2.691	8.080	394.381	80.046	95.919	127.330	1.000.650
Ressarcimento pela Eletrobrás	(76.292)	(77.182)	(51.699)	(1.885)	(5.617)	(261.299)	(48.236)	(17.645)	(88.050)	(627.905)
Saldos (*) -30/06/2015	<u>30.832</u>	<u>34.528</u>	<u>21.670</u>	<u>806</u>	<u>2.463</u>	<u>133.082</u>	<u>31.810</u>	<u>78.274</u>	<u>39.280</u>	<u>372.745</u>

(*) Não incluem atualização monetária.

Em 30 de junho de 2015, os saldos correspondem a subvenção incorrida nos meses de outubro de 2014 a junho de 2015, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber estes recursos no terceiro trimestre de 2015. Em julho de 2015 foram recebidos pelas controladas o montante de R\$37.274 referente à subvenção CDE.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28/02/2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17/12/2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos Celpa

Crédito que as controladas indiretas EMT, CAIUÁ, ETO, CNEE, EEB e EDEVP têm a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os valores serão recebidos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$25.283 (R\$26.027 em 31 de dezembro de 2014).

(5) Créditos ICMS

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada indireta EMT de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no Estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 até 30 de junho de 2015, totalizando R\$35.275;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$1.752 até 30 de junho de 2015, totalizando R\$2.967.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (82,1% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (50,06% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias (1)	4.991	-	5.060	-
Mútuos (2):				
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	18.718	-	57.885	-
. Energisa Serviços Aéreos S/A	9.811	-	9.153	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	19.145	-	43.864	-
. Energisa Soluções S/A	21.155	-	-	-
. Rede Energia S/A	-	19.460	7.560	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	939	-	872	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A - (em recuperação judicial)	-	12.904	-	144.018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- (em recuperação judicial) RJ (1)	78.760	-	76.221	-
. QMRA Participações - (em recuperação judicial)	16.891	60.211	12.091	-
. Rede Energia S/A - (em recuperação judicial) RJ (1) e (2)	522.225	-	474.541	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - (em recuperação judicial)	8.755	-	78.161	-
. BBPM Participações S/A	1.091	-	380	-
. JQMJ Participações S/A	132	-	-	-
Total - não circulante	697.622	92.575	760.728	144.018
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (3):				
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	63.657	-	-	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	946	-	881	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	9.752	-	9.752	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	1.552	-	2.208	-
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	-	9.861	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	-	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	-	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	-	-	11	-
. Energisa Geração Vista Alegre II S/A	-	-	21	-
. Energisa Geração Santa Cândida II S/A	-	-	101	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	14	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	14	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	15	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	14	-	-	-
. Energisa Geração Energia S/A	13	-	-	-
. Rede Energia S/A	8.000	-	8.000	-
	83.977	-	30.868	-
Total	786.590	92.575	796.656	144.018

(1) Aquisição de créditos cedidos p/recuperação judicial.

(2) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 (um) ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 (vinte e dois) anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 (vinte e dois) anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

Consolidado:

		30/06/2015	31/12/2014
		ETO	
Estado de Tocantins	Créditos a receber (1)	91.717	106.328

(1) Créditos a receber

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R\$71.757, em 30 de junho de 2015 (R\$88.045 em 31 de dezembro de 2014), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- i. Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$19.960 (R\$18.283 em 31 de dezembro de 2014). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos (1)	Comissão aval / Atualização mútuos (Receita (Despesa) financeira) (2)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
EMG	5.893	2.604	910
EPB	11.973	3.640	1.889
ESE	7.274	4.756	1.148
EBO	3.195	304	504
ECOM	-	1.425	-
ESOL	825	447	126
ENF	2.617	583	-
ESA	(14)	536	-
QMRA	-	(2.058)	-
CTCE	-	3.634	-
EEVP	-	(13.446)	-
BBPM	-	52	-
DENERGE	-	9.185	-
Dinâmica	-	1.658	-
JQMJ	-	2	-
Rede Energia	-	43.349	-
30/06/2015	31.763	56.671	4.577
30/06/2014	31.572	19.765	5.089
31/12/2014	-	-	5.060

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

(2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,8789% a.a (CDI +0,81% a.a em 31 de dezembro de 2014), com vencimentos de até maio/2015. Inclui, também a comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias de contratos das controladas a razão de 1,5% a.a.

(3) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração Fiscal e estatutária foram de R\$265 (R\$219 em 30 de junho de 2014) e da Diretoria foi de R\$156 (R\$88 em 30 de junho de 2014) na controladora e R\$2.224 (R\$2.870 em 30 de junho de 2014) e R\$6.480 (R\$6.494 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência

privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$61 (R\$10 em 30 de junho de 2014) na controladora e R\$1.314 (R\$1.085 em 30 de junho de 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$63 (R\$50 em 30 de junho de 2014) na controladora e R\$2.262 (R\$1.846 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R\$16 e R\$1 na controladora e R\$135 e R\$2 no consolidado (R\$4 e R\$1 na controladora e R\$88 e R\$3 no consolidado em 30 de junho de 2014), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$5 na controladora e R\$29 no consolidado (R\$2 na controladora e R\$42 no consolidado em 30 de junho de 2014).

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$1.208 para o exercício de 2014), na controladora.

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	170.644	170.575
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	-	-	26.585	12.090
Imposto de Renda - IRPJ	23.309	-	195.586	140.183
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	3.233	-	55.674	40.353
PIS e COFINS	202	192	100.068	102.727
Outros	-	1	14.871	14.443
	26.744	193	563.428	480.371
Circulante	8.347	193	373.919	307.260
Não circulante	18.397	-	189.509	173.111

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$169.151 (R\$50.257 em 31 de dezembro de 2014), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativo				
Prejuízos fiscais/Base negativa da contribuição social	143.499	38.857	326.580	213.625
Diferenças temporárias	58.092	220.590	662.733	885.374
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(172.110)	(50.257)	(282.356)	(170.829)
Total - não circulante	29.481	209.190	706.957	928.170
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	1.173.014	1.297.954
Contribuição Social	-	-	422.285	467.263
Total - não circulante	-	-	1.595.299	1.765.217

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/06/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais/Base negativa da contribuição social	422.056	143.499	960.530	326.580
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	356.927	121.355
Provisão ajuste atuarial	1.892	643	207.386	70.511
Provisões para riscos	327	111	582.557	198.069
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	608.810	206.995
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	180.902	61.507
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	359.112	122.098
Marcação a mercados - derivativos	60.511	20.574	(69.794)	(23.730)
Ajustes a valor presente	-	-	38.708	13.161
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA's)	-	-	(299.686)	(101.893)
Outras adições (exclusões) temporárias	(42.206)	(14.350)	87.838	29.865
Encargos sobre reserva de reavaliação	-	-	-	-
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(506.205)	(172.110)	(830.459)	(282.356)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(232.458)	(79.036)
Provisão não realização GCAP ativos destinados a venda	128.915	43.831	128.915	43.831
Totais ativo não circulante	86.709	29.481	2.079.290	706.957

	30/06/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	-	-	(2.997.226)	(1.019.057)
Deságio sobre investimento EMS	-	-	(188.405)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	(255.542)	(86.884)
Mais valia	-	-	(2.035.633)	(692.115)
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	784.749	266.815
Totais passivo não circulante			4.692.057	1.595.299

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	114.285	38.857	628.309	213.625
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	372.789	126.748
Provisão ajuste atuarial	1.765	600	188.720	64.165
Provisões para riscos	431	146	566.046	192.456
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	541.613	184.148
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	227.693	77.416
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	239.577	81.456
Marcação a mercados - derivativos	10.309	3.505	(117.546)	(39.966)
Ajustes a valor presente	-	-	131.200	44.608
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA's)	-	-	(65.107)	(22.136)
Outras adições temporárias	-	-	11.410	3.879
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(147.815)	(50.257)	(502.438)	(170.829)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(107.224)	(36.456)
Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2)	614.871	209.056	614.871	209.056
Totais ativo não circulante (2)	615.265	209.190	2.729.913	928.170

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	-	-	3.043.409	1.034.759
Mais valia	-	-	2.402.634	816.896
Deságio sobre investimento EMS	-	-	188.939	64.239
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	275.157	93.553
Outras exclusões temporárias	-	-	26.015	8.846
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	(744.342)	(253.076)
Totais passivo não circulante	-	-	5.191.812	1.765.217

(1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$121.355 (R\$126.748 em 31 de dezembro de 2014) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: ENF (15 anos), EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO) e nº 771, de 19 de dezembro de 2006 (ENF).

(2) Os créditos fiscais constituídos no exercício de 2014 no montante de R\$209.190 referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre a Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	29.481	150.759
2016	-	97.875
2017	-	72.739
2018	-	62.068
2019 a 2024	-	323.516
Total	29.481	706.957

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	41.111	486.654	64.831	129.701
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(13.978)	(165.462)	(22.043)	(44.098)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	51.755	71.590	34.166	63.127
Redução do imposto de renda e adicionais (*)				
Créditos tributários - IR e CS não constituído no período	(37.777)	(85.836)	(12.123)	(19.029)
Outros				
Imposto de renda e contribuição social	-	(179.708)	-	-
Alíquota efetiva	-	38,30%	-	-

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	63.936	491.625	127.822	223.071
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(21.738)	(167.153)	(43.459)	(75.844)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	23.687	54.845	6.347	20.419
Créditos tributários - IR e CS não constituído no período	(66.261)	(100.526)	2.339	(9.279)
Reversão de Provisão Venda de Ativos de Geração	101.891	101.891	-	-
IR e CS - Ativos Alienados	(50.618)	(50.618)	-	-
Outros	729	2.573	2.421	1.972
Imposto de renda e contribuição social	(12.310)	(158.988)	(32.352)	(62.732)
Alíquota efetiva	19,25%	32,34%	25,31%	28,12%

(*) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreu através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013, EBO - Laudo Constitutivo Sudene nº 0206/2012.

As controladas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o imposto em 75% do Imposto de Renda e adicionais calculados sobre o Lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos ocorreu como segue: EMT - Laudo Constitutivo SUDAM 114/2014, ato declaratório executivo nº 17 de 02/02/2015 e ETO - Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$54.845 (R\$ 20.419 em 30 de junho de 2014), sendo: R\$21.657 (R\$9.316 em 30 de junho de 2014) na EPB, R\$13.762 (R\$1.489 em 30 de junho de 2014) na EBO, R\$2.882 (R\$9.614 em 30 de junho de 2014) na ESE e R\$16.544 na ETO. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. A controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 30 de junho de 2015.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, no período foi registrado em receita financeira - atualização de contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$92.050 (R\$31.527 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	Subtotal
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2014	329.497	276.224	228.574	93.026	31.644	958.965
Adições no período (*)	10.619	27.816	9.142	1.726	2.678	51.981
Baixas no período	(1.274)	(1.246)	(193)	(343)	(159)	(3.215)
Atualização contas a receber da concessão -VNR	9.742	8.584	6.644	3.050	878	28.898
Ativo financeiro custo corrigido - 30/06/2015	348.584	311.378	244.167	97.459	35.041	1.036.629
Circulante	348.584	-	-	97.459	-	446.043
Não Circulante	-	311.378	244.167	-	35.041	590.586

Controladas adquiridas:

	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste (**)	Subtotal	Consolidado
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2014	878.868	428.595	318.859	438.766	2.065.088	3.024.053
Adições no período (*)	71.120	28.883	38.259	47.494	185.756	237.737
Baixas no período	(2.506)	(5.759)	(642)	(7.649)	(16.556)	(19.771)
Atualização contas a receber da Concessão - VNR	29.044	11.846	9.358	12.904	63.152	92.050
Ativo financeiro Custo corrigido - 30/06/2015	976.526	463.565	365.834	491.515	2.297.440	3.334.069
Circulante	-	-	-	491.515	491.515	937.558
Não Circulante	976.526	463.565	365.834	-	1.805.925	2.396.511

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

A partir de julho de 2015 as controladas Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo, Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, estarão transferindo o saldo do contas a receber da concessão para o intangível em face de que em 02 de junho de 2015, ter sido editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. (vide nota explicativa nº1).

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Participação em controladas	3.050.757	2.923.992	-	-
Outros	10.051	10.051	24.957	36.410
Total	3.060.808	2.934.043	24.957	36.410

Participação em controladas:

30/06/2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas/mil	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	451	100	682.951	528.041	154.910	11.257	11.257	154.910
Energisa SE	382.899	196	100	1.511.439	1.163.887	347.552	1.479	1.479	347.552
Energisa PB	487.456	918	100	1.977.844	1.265.744	712.100	76.028	76.028	712.100
Energisa BO	65.540	293	100	270.371	167.713	102.658	11.137	11.137	102.658
Energisa NF	39.743	16	100	182.248	119.463	62.785	4.325	4.325	62.785
Energisa Soluções	39.000	39.000	100	94.441	49.789	44.652	(1.673)	(1.673)	44.652
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	1.000	100	6.291	10.182	(3.891)	(1.188)	(1.188)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	4.012	1.428	2.584	914	914	2.584
Energisa Comercializadora (1)	1	1	100	70.347	72.326	(1.979)	(1.854)	(1.854)	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	233	6	227	(41)	(23)	114
Dinamica Direitos Creditórios	7.570	7.570	100	30.941	20.014	10.927	711	575	10.927
Parque Eólico Sobradinho	4.102	4.102	100	1.395	155	1.240	(215)	(215)	1.240
Energisa Geração Usina Maurício	612	612	100	907	164	743	116	116	743
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	318	3	315	(58)	(58)	315
BBPM Participações	553.324	198.434	89,6	438.631	9.868	428.763	25.880	23.701	384.214
Denerge S/A	1.275.420	511.276.289	49,3	1.488.137	490.504	997.633	95.490	30.861	491.633
JQM Participações	200.364	71.309	100	153.598	350	153.248	9.287	9.474	153.233
Rede Energia S.A.	2.245.787	1.714.896	15	3.600.671	1.301.206	2.299.465	122.551	18.829	352.045
Energisa Mato Grosso (2)	1.118.910	170.329	1,1	5.399.677	3.533.519	1.866.158	30.874	9.981	20.443
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	100	1	1	-	(5)	(5)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	100	1	3	(2)	(6)	(6)	(2)
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	10	100	1	3	(2)	(6)	(6)	(2)
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro	1	10	100	1	3	(2)	(6)	(6)	(2)
Energisa Geração de Energia S/A	1	1	100	1	1	-	(14)	(14)	-
Resultados de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	16.930	-
Ágio pago na aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	208.615
Total								210.559	3.050.757

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$3.891 (R\$2.703 em 31 de dezembro de 2014) e da Energisa Comercializadora de Energia Ltda no montante de R\$1.979, registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Foi adquirido pela Companhia o total 1.865.900 ações, sendo 140.000 ordinárias e 1.725.900 preferenciais correspondendo a 1,10% do capital da controlada Energisa Mato Grosso com pagamento pela aquisição (R\$10.986), tendo apurado ganho de capital de R\$9.637 e equivalência patrimonial positiva no período de R\$344.

31/12/2014

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/ cotas detidas/mil	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	451	100	586.809	495.556	91.253	23.029	23.029	91.253
Energisa SE	357.136	195	100	1.381.279	995.406	385.873	102.178	102.298	385.873
Energisa PB	461.423	918	100	1.794.668	1.123.194	671.474	119.363	119.548	671.474
Energisa BO	64.577	293	100	227.474	135.524	91.950	2.574	2.574	91.950
Energisa NF	39.743	16	100	152.149	93.689	58.460	2.265	2.265	58.460
Energisa Soluções	39.000	39.000	100	72.625	26.300	46.325	(1.145)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	1.000	100	7.116	9.819	(2.703)	(1.534)	(1.534)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.288	838	2.450	1.656	1.656	2.450
Energisa Comercializadora	1	1	100	96.825	91.834	4.991	6.823	6.823	4.991
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	339	66	273	20	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	7.570	3.785	50	69.164	58.948	10.216	(7.265)	(3.633)	9.983
Energisa Geração Rio Grande	133.179	68.249	100	264.935	125.258	139.677	(193)	(193)	-
SPE Cristina S/A	21.100	11.093	100	29.417	10.769	18.648	(1.201)	(1.201)	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	61.448	61.448	100	108.670	43.686	64.984	1.549	1.549	-
Parque Eólico Sobradinho	4.102	4.102	100	889	327	562	(905)	(905)	562
Energisa Geração Usina Maurício	612	612	100	776	8	768	253	253	768
Energisa Bioeletricidade	151.597	151.597	100	437.936	254.678	183.258	4.981	4.981	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	167.468	167.468	100	665.263	475.717	189.546	12.308	13.621	-
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	314	7	307	(574)	(574)	307
Energisa Geração Vista Alegre	1	1	100	22	-	22	1	1	22
Energisa Geração Santa Cândida	1	1	100	100	-	100	(1)	(1)	100
BBPM Participações(2)	437.621	177.741	89,57	422.947	8.604	414.343	23.300	37.016	371.127
Denerge S/A (2)	1.275.420	251.934.725	49,28	1.536.006	570.459	965.547	56.498	27.259	475.821
JQMJ Participações (2)	175.898	71.270	99,95	148.268	242	148.026	8.520	20.407	148.193
Rede Energia S.A. (2)	2.245.787	257.430	14,95	3.601.396	1.426.983	2.174.413	146.775	17.233	333.179
EMT(2)	1.118.909	1.826	0,05	5.321.090	3.485.806	1.835.284	32.542	-	10.202
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Ágio pago na aquisição de controladas							-	-	220.811
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								(731)	-
Total								370.566	2.923.992

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$2.703 em 31 de dezembro de 2014 registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Sociedades adquiridas em 11 de abril de 2014.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	31/12/2014	Subscrição/ aquisição/ adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos	Amortização	Outros Resultados Abrangentes	Baixa	Equivalência patrimonial (4)	30/06/2015
Energisa MG	91.253	53.796	(1.396)	-	-	-	11.257	154.910
Energisa SE	385.873	-	(39.800)	-	-	-	1.479	347.552
Energisa PB	671.474	-	(35.402)	-	-	-	76.028	712.100
Energisa BO	91.950	-	(429)	-	-	-	11.137	102.658
Energisa NF	58.460	-	-	-	-	-	4.325	62.785
Energisa Soluções	46.325	-	-	-	-	-	(1.673)	44.652
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	-	-	-	-	-	-	(1.188)	-
Energisa Planejamento	2.450	-	(780)	-	-	-	914	2.584
Energisa Comercializadora(1)	4.991	-	(5.118)	-	-	-	(1.854)	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	-	-	(23)	114
Dinamica Direitos Creditórios	9.983	4.881	-	-	(4.512)	-	575	10.927
Parque. Eólico Sobradinho	562	893	-	-	-	-	(215)	1.240
Energisa Geração Usina Maurício	768	-	(141)	-	-	-	116	743
Energisa Geração Solar Coremas	307	66	-	-	-	-	(58)	315
BBPM Participações (3)	371.127	372	-	-	(10.986)	-	23.701	384.214
Denerge S/A (3)	475.821	97	-	-	(15.146)	-	30.861	491.633
JQMJ Participações (3)	148.193	161	-	-	(4.595)	-	9.474	153.233
Rede Energia S.A. (3)	333.179	37	-	-	-	-	18.829	352.045
EMT (3)	10.201	261	-	-	-	-	9.981	20.443
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	4	-	-	-	-	(5)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	3	-	-	-	-	(6)	(2)
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	3	-	-	-	-	(6)	(2)
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro	1	3	-	-	-	-	(6)	(2)
Energisa Geração de Energia S/A	-	14	-	-	-	-	(14)	-
Ágio pago na aquisição de controladas	220.811	-	-	(12.196)	-	-	-	208.615
Resultados de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	16.930	-
Saldos de ativos disponíveis para venda	123	-	-	-	-	(123)	-	-
Total	2.923.992	60.591	(83.066)	(12.196)	(35.239)	(123)	210.559	3.050.757

(3) Participação societária - combinação de negócios.

(4) Inclui na rubrica de equivalência patrimonial ganhos e perdas apurados em face de ajustes efetuados pelas controladas diretamente no patrimônio líquido e por mudança de % de participação, conforme segue:

Controladoras	30/06/2015 Ganho/(perdas)
BBPM Participações S/A	(499)
Denerge S/A	(16.197)
JQMJ Participações S/A	(184)
Rede Energia S/A	(426)
Energisa Mato Grosso	9.637
Total	(7.669)

Amortização dos bens tangíveis no período findo em 30 de junho de 2015, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social:

	EDEVP	EMT	CAIUÁ	ETO	EEB	CNEE	CFLO	EMS	Total
Amortização	(15.128)	(31.933)	(11.403)	(31.817)	(15.205)	(3.067)	(8.375)	(35.704)	(152.632)
Imposto de renda e contribuição social	5.144	10.857	3.877	10.818	5.170	1.043	2.848	12.139	51.896
Amortização líquida	(9.984)	(21.076)	(7.526)	(20.999)	(10.035)	(2.024)	(5.527)	(23.565)	(100.736)

18 Imobilizado

	Controladora					Saldo 30/06/2015
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	-	-	-	4.249
Máquinas e equipamentos	6.500	-	834	-	-	7.334
Veículos	8.478	-	-	(81)	-	8.397
Móveis e utensílios	13.509	-	178	(3)	-	13.684
Total do imobilizado em serviço	32.752	-	1.012	(84)	-	33.680
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	-	(75)	(2.109)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	-	(351)	(2.740)
Veículos	(7.820)	-	-	35	(55)	(7.840)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	3	(258)	(11.703)
Total Depreciação acumulada	(23.691)	-	-	38	(739)	(24.392)
Subtotal Imobilizado	9.061		1.012	(46)	(739)	9.288
Imobilizado em curso	37	1.248	(1.012)	-	-	273
Total do Imobilizado	9.098	1.248	-	(46)	(739)	9.561

Imobilizado	Consolidado					Saldo 30/06/2015
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	17	-	6	-	-	23
Terrenos	1.098	-	(6)	-	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	1.260	(60)	-	14.453
Máquinas e equipamentos	76.115	427	16.783	(127)	-	93.198
Veículos	33.841	-	7.626	(81)	-	41.386
Móveis e utensílios	43.551	-	1.072	(7)	-	44.616
Total do Imobilizado em Serviço	170.066	427	26.741	(275)	-	196.959
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	258	-	(2)	(18)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	253	-	(2)	(802)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	81	16	(208)	(5.134)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	2.124	31	(3.805)	(41.073)
Veículos	(17.151)	-	(44)	35	(1.852)	(19.012)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	(2.672)	7	(967)	(30.267)
Total Depreciação acumulada	(89.559)	-	-	89	(6.836)	(96.306)
Subtotal Imobilizado	80.507	427	26.741	(186)	(6.836)	100.653
Imobilizado em curso	4.701	27.081	(26.741)	(1.594)	-	3.447
Total do Imobilizado	85.208	27.508	-	(1.780)	(6.836)	104.100

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	3,36%
Edificações e benfeitorias	3,56%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Contrato de concessão/ Softwares	5.586	4.717	5.902.578	506.970
Saldos consolidados adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	5.489.498
Direito de concessão	-	-	493.820	515.866
Total	5.586	4.717	6.396.398	6.512.334

1.1 Intangível - controladora

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Amortização	Saldo 30/06/2015
Em Serviço				
Custo dos softwares	8.731	-		8.731
Amortização Acumulada	(4.014)	-	(680)	(4.694)
Subtotal	4.717		(680)	4.037
Em Curso	-	1.549		1.549
Total Geral	4.717	1.549	(680)	5.586

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

1.2 Intangível - consolidado

CONSOLIDADO						
Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 30/06/2015
Intangível em Serviço						
Custo	12.094.707	-	242.481	(67.109)	-	12.270.079
Amortização Acumulada	(5.339.255)	-	-	42.666	(422.646)	(5.719.235)
Subtotal	6.755.452	-	242.481	(24.443)	(422.646)	6.550.844
Em Curso	927.160	605.784	(242.481)	(270.935)	-	1.019.528
Total	7.682.612	605.784	-	(295.378)	(422.646)	7.570.372
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.101.290	9.514	13.453	-	-	2.124.257
Amortização Acumulada	(795.889)	-	-	-	(62.667)	(858.556)
Subtotal	1.305.401	9.514	13.453	-	(62.667)	1.265.701
Em Curso	380.743	68.001	(13.453)	(33.198)	-	402.093
Total Obrigações Vinculadas à concessão	1.686.144	77.515	-	(33.198)	(62.667)	1.667.794
Total Geral	5.996.468	528.269	-	(262.180)	(359.979)	5.902.578

(*) Do total das baixas no montante de R\$262.180, R\$237.737 foi transferido para o contas a receber da concessão (bifurcação) e R\$24.443 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

1.3 Intangível -Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas é como segue:

Empresas	30/06/2015	31/12/2014
EMG	4,42%	3,91%
ESE	4,24%	3,97%
EPB	4,44%	4,33%
EBO	4,51%	3,88%
ENF	4,38%	3,90%
EDEVP	4,15%	3,83%
EMT	3,95%	3,95%
CAIUA	4,06%	3,99%
ETO	3,87%	3,84%
EEB	4,01%	4,04%
CNEE	3,98%	4,05%
CFLO	4,46%	4,34%
EMS	4,32%	4,32%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor	2.046.428	1.997.175
Participação da União - recursos CDE	1.362.605	1.343.030
Participação do Governo do Estado	303.003	292.835
Reserva para reversão	1.722	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	135.933	105.401
(-) Amortização acumulada	(858.556)	(795.889)
Total	2.991.135	2.944.273
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.323.341	1.258.129
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.265.701	1.305.401
Infraestrutura - Intangível em curso	266.160	275.342
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	135.933	105.401
Total	2.991.135	2.944.273

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas ESE e EMG, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUA (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de

revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 30 de junho de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$135.933 (R\$105.401 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, as controladas indiretas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30 de junho de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

1.4 Direito de concessão - Consolidado

	30/06/2015	31/12/2014
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	299.045	320.580
Aquisição participação (3)	62.390	69.207
Ágio (Goodwill) (4)	-	48.777
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda (4)	-	(77.129)
Amortização acumulada	(405.627)	(383.581)
Subtotal	493.820	515.866

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Saldo inicial	515.866	561.679
Aquisição participação	-	72.294
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda	-	(77.129)
Amortização no período/exercício	(22.046)	(40.978)
Saldo final	493.820	515.866

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2015 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$285.205 (R\$295.055 em 31 de dezembro de 2014).

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2015 e 2016	30.057	10.219
2017 e 2018	41.927	14.255
2019 e 2020	43.943	14.941
2021 e 2022	45.932	15.617
2023 e 2024	47.905	16.288
2025 e 2026	49.825	16.941
2027 em diante	25.616	8.709
Total	285.205	96.970

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ENF, EBO, ESE e EPB, no montante de R\$149.772 (R\$157.741 em 31 de dezembro de 2014), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores pagos na aquisição do parque eólico está alocado como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207.

Até 30 de junho de 2015 foram amortizados cerca de R\$17.384 no acumulado e R\$10.589 no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2015.

(4) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, são amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R\$46.903, deduzido das amortizações.

Em face da alienação dos projetos de geração ocorrido em março de 2015, o montante relacionados aos projetos de Bioeletricidade foram baixados desta rubrica (R\$77.129).

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento:				
Furnas	-	-	136	136
Ampla -Cusd	-	-	1.203	783
CCEE	-	-	177.434	96.312
Contratos Bilaterais (1)	-	-	995.036	1.017.475
Uso de rede básica (1)	-	-	5.806	6.089
Conexão à rede (1)	-	-	708	801
Encargo de serviços do sistema (1)	-	-	26.869	11.150
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	14.000	17.583
Materiais, serviços e outros (2)	747	1.182	146.654	175.810
Total	747	1.182	1.367.846	1.326.139
Circulante	747	1.182	1.002.914	966.244
Não Circulante	-	-	364.932	359.895

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

Inclui R\$351.678 de débitos com Eletrobrás, dos quais R\$351.140 encontra-se contabilizado no passivo não circulante, devidos pela controlada distribuidora de energia elétrica EMT, referente ao repasse Itaipu. Estes débitos, por estarem em atraso, foram parcelados em 60 parcelas com juros remuneratórios incidentes sobre o principal, que serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
ENERGISA S/A	Em moeda nacional						
	NOTAS PROMISSÓRIAS 2ª EMISSÃO SERIE UNICA	-	-	-	-	105.640	
	Cédula de Crédito Bancário - PINE	1.514	39.209	-	40.723	-	
	Total em moeda nacional	1.514	39.209	-	40.723	105.640	
	Em moeda estrangeira						
	CITIBANK	615	77.565	155.130	233.310	199.797	(1)
	ABC	1.841	213.470	-	215.311	164.561	(1)
	Santander	52	100.068	-	100.120	109.410	(1)
	Santander	2.158	126.844	-	129.002	-	
	Total em moeda estrangeira	4.666	517.947	155.130	677.743	473.768	
	Total ENERGISA S A	6.180	557.156	155.130	718.466	579.408	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	155	-	15.000	15.155	15.140	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	139	55	207	291	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	382	893	1.321	1.553	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	66	474	1.400	1.940	2.163	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	41	223	265	288	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	197	24	1.807	2.028	2.042	
	Eletrobrás - Subtransmissão	113	1.240	-	1.353	2.261	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	9	-	4.564	4.573	4.441	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE)	292	2.228	3.091	5.611	6.874	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT)	76	3.602	782	4.460	5.464	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE)	733	2.650	10.591	13.974	15.667	
	Banco ABC - repasse BNDES	492	5.030	16.137	21.659	24.354	
	Banco ABC - repasse BNDES	84	212	2.198	2.494	2.813	
	Banco Itaú BBA - FINAME	82	2.097	17.650	19.829	18.781	
	Banco Itaú BBA - FINEM	44	2.835	12.504	15.383	17.000	
	Nota promissória Itaú	6.122	80.000	-	86.122	80.536	
	Total em moeda nacional	8.525	100.954	86.895	196.374	199.668	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(154)	(396)	(550)	(626)	
	Em moeda estrangeira						
	Bank of America Merrill Lynch	44	93.078	-	93.122	79.803	(1)
	Banco Itaú BBA	741	-	155.847	156.588	134.494	(1)
Citibank	839	-	224.362	225.201	133.393	(1)	
Total em moeda estrangeira	1.624	93.078	380.209	474.911	347.690		
Total ENERGISA SERGIPE	10.149	193.878	466.708	670.735	546.732		
ENERGISA PARAÍBA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	652	-	61.000	61.652	61.591	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	164	547	741	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	520	1.062	1.656	1.939	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
	tranche						
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	514	1.126	1.707	1.912	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	324	1.535	1.917	2.093	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	292	407	2.336	3.035	3.051	
	Eletrobrás Luz para Todos - 6ª tranche	52	146	749	947	977	
	Eletrobrás - Subtransmissão	14	2.752	-	2.766	5.830	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	14.464	-	14.464	13.646	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FNE)	19	9.782	9.198	18.999	23.773	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008/2009 (FNE)	-	8.877	36.013	44.890	48.019	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FAT)	-	2.226	2.628	4.854	6.071	
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	168	1.598	28.949	30.715	33.715	
	Banco BNB - repasse BNDES	38	7.788	21.103	28.929	32.793	
	Banco Itaú BBA - FINAME	185	4.346	33.042	37.573	36.546	
	Banco Itaú CCB	-	-	-	-	40.269	
	Total em moeda nacional	1.648	54.098	198.905	254.651	312.966	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(339)	(885)	(1.224)	(1.392)	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA I	868	52.434	-	53.302	45.511	(1)
	Banco Itaú BBA II	931	-	187.015	187.946	161.440	(1)
	Citibank	164	-	205.456	205.620	106.309	(1)
	Total em moeda estrangeira	1.963	52.434	392.471	446.868	313.260	
	Total ENERGISA PARAÍBA	3.611	106.193	590.491	700.295	624.834	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*)	153	-	15.000	15.153	15.138	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	58	1.042	1.359	2.459	3.026	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	9	11	22	27	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	350	1.326	4.856	6.532	7.243	
	Eletrobrás - Subtransmissão	8	257	506	771	911	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	2.704	
	Banco HSBC - repasse BNDES	24	496	-	520	777	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	306	-	309	410	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	266	-	267	427	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	6	451	2.071	2.528	2.755	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	4	246	904	1.154	1.059	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	3	188	863	1.054	1.149	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	3	298	1.367	1.668	1.818	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	-	557	-	557	930	
	Banco Itaú BBA - FINAME	68	1.779	13.934	15.781	14.130	
	Caixa Econômica Federal - FINAME	38	493	2.932	3.463	3.734	
	Banco Bradesco - CCB	1.907	12.500	-	14.407	13.566	(1)
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	50	4.084	18.426	22.560	14.566	
	Nota Promissória - Itaú	607	65.000	-	65.607	60.402	

ENERGISA MINAS GERAIS

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
	Total em moeda nacional	3.285	89.298	62.229	154.812	144.772	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(24)	(107)	(131)	(174)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	531	-	95.544	96.075	43.983	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	76.027	(1)
	Banco Itaú BBA	313	93.078	-	93.391	80.425	(1)
	Total em moeda estrangeira	844	93.078	95.544	189.466	200.435	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	4.129	182.352	157.666	344.147	345.033	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	41	-	4.000	4.041	4.037	
	Eletrobrás - Luz para Todos 0 1ª tranche	-	45	103	148	187	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	23	17	379	419	468	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	53	-	54	128	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	50	-	50	80	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	17	-	17	42	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	1	181	822	1.004	1.097	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	1	136	354	491	454	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	1	81	343	425	459	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	11	129	564	704	762	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES V	11	552	2.291	2.854	1.392	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES VI	13	353	856	1.222	591	
ENERGISA NOVA FRIBURGO	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	557	-	558	931	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	13	186	1.424	1.623	1.408	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	15	1.402	2.810	4.227	4.831	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	38	644	983	1.665	1.742	
	Total em moeda nacional	170	4.403	14.929	19.502	18.609	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(29)	(35)	(38)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank			25.596	25.596	21.914	
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	10.629	(1)
	Banco Itaú BBA I	111	9.308	-	9.419	8.079	(1)
	Banco Itaú BBA II	3	7.477	-	7.480	6.407	(1)
	Bond Notes Units	359	23.828	-	24.187		
	Total em moeda estrangeira	473	40.613	25.596	66.682	47.029	
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	643	45.010	40.496	86.149	65.600	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	60	-	5.000	5.060	5.055	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	54	25	81	114	
ENERGISA BORBOREMA	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	148	-	2.229	2.377	2.047	
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	38	-	8.675	8.713	8.615	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE)	193	2.079	2.203	4.475	5.508	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE)	12	578	4.623	5.213	5.784	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
ENERGISA SOLUÇÕES	Banco Itaú BBA - FINAME	16	370	3.059	3.445	3.201	
	EMPRESTIMO ITAU BBA BNDES FINEM	88	1.115	7.557	8.760	3.206	
	Total em moeda nacional	557	4.196	33.371	38.124	33.530	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(26)	(53)	(79)	(93)	
	Em moeda estrangeira						
	Bank of America Merrill Lynch	177	12.410	-	12.587	10.777	(1)
	Banco Itaú BBA	245	18.616	-	18.861	16.095	(1)
	Cédula de Crédito Bancário	95	9.308	-	9.403	-	
	Total em moeda estrangeira	517	40.334	-	40.851	26.872	
	Total ENERGISA BORBOREMA	1.074	44.504	33.318	78.896	60.309	
	Em moeda nacional						
	Finep	20	940	3.037	3.997	4.603	
	Banco Itaú BBA - FINAME	5	389	3.276	3.670	3.816	
	Total em moeda nacional	25	1.329	6.313	7.667	8.419	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(15)	(21)	(24)	
Total ENERGISA SOLUÇÕES	25	1.323	6.298	7.646	8.395		
ENERGISA SOL. CONSTRUÇÕES	Em moeda nacional						
	Banco Itaú BBA - FINAME	11	515	4.014	4.540	3.153	
	Total em moeda nacional	11	515	4.014	4.540	3.153	
Total ENERGISA SOLUÇÕES	11	515	4.014	4.540	3.153		
SERV. AÉREOS	Em moeda nacional						
	LEASING BRADESCO	-	247	-	247	534	
	Total em moeda nacional	-	247	-	247	534	
Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS	-	247	-	247	534		
REDE ENERGIA	Em moeda nacional						
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	331	-	3.999	4.330	4.026	
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	1.262	-	8.818	10.080	9.408	
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	-	-	3.209	
	Total em moeda nacional	1.593	-	12.817	14.410	16.643	
Total REDE ENERGIA	1.593	-	12.817	14.410	16.643		
CAIUÁ	Em moeda nacional						
	Santander - 270626414	81	-	8.500	8.581	8.579	
	ELETROBRÁS - EFS00042/2004	7	322	81	410	564	
	HP leasing	-	-	-	-	24	
	Total em moeda nacional	88	322	8.581	8.991	9.167	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	243	-	80.337	80.580	68.986	(1)
	Bank of America Merrill Lnych	47	-	39.969	40.016	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	290	-	120.306	120.596	68.986	
Total CAIUÁ	378	322	128.887	129.587	78.153		
ETO	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	2	947	79	1.028	1.499	
	ELETROBRÁS	118	18.535	95.756	114.409	123.649	
	Banco Santander	75	-	7.867	7.942	7.929	
	Banco Santander	718	-	75.133	75.851	75.730	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
Total em moeda nacional	913	19.482	178.835	199.230	208.819		

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
	(-) custos de captação incorridos na contratação		(342)	(580)	(922)	(1.104)	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	6.672	-	201.762	208.434		(1)
	Total em moeda estrangeira	6.672	-	201.762	208.434		
	Total ETO	7.585	19.140	380.017	406.742	207.715	
DENERGE	Em moeda nacional						
	FI-FGTS (Reestruturado)	27.932	-	223.506	251.438	231.253	
	Total em moeda nacional	27.932	-	223.506	251.438	231.253	
	Total DENERGE	27.932	-	223.506	251.438	231.253	
CTCE	Em moeda nacional						
	BANCO BMG S/A - Opção A	-	441	3.086	3.527	3.290	
	Total em moeda nacional	-	441	3.086	3.527	3.290	
	Total CTCE	-	441	3.086	3.527	3.290	
EMS	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	32	12.087	34.398	46.517	52.647	
	SAFRA	-	188	-	188	381	
	SAFRA	-	46	-	46	96	
	HP leasing	-	-	-	-	29	
	VOLKSWAGEN	-	-	-	-	246	
	Banco Itaú - Nota promissória de Crédito	-	-	-	-	105.448	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.205	-	289.821	292.026	289.820	
	Total em moeda nacional	2.237	12.321	324.219	338.777	448.667	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	179	-	97.566	97.745	-	
	Total em moeda estrangeira	179	-	97.566	97.745	-	
	Total EMS	2.416	12.321	421.785	436.522	448.667	
EMT	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	4	42.940	283.106	326.050	347.519	
	FIBRA/BTG	20	1.975	-	1.995	7.971	
	HP004365ER14V6	-	-	-	-	27	
	Banco JP Morgan - CCB	33	14.857	13.619	28.509	35.959	
	Finame - SAFRA	-	67	-	67	107	
	Banco Santander	306	-	32.000	32.306	32.270	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.634	-	351.415	354.049	353.871	
	Total em moeda nacional	2.997	59.839	680.140	742.976	777.724	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	25	11.282	10.342	21.649	23.371	(1)
	Cessna Finance	7	4.962	34.602	39.571	36.195	
	Total em moeda estrangeira	32	16.244	44.944	61.220	59.566	
	Total EMT	3.029	76.083	725.084	804.196	837.290	
CNEE	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS -ECF00041/2004	5	64	16	85	117	
	HP leasing	-	-	-	-	8	
	Total em moeda nacional	5	64	16	85	125	
	Total CNEE	5	64	16	85	125	
CFLO	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS - ECFS0127/2005	1	64	92	157	189	
	HP leasing	-	-	-	-	7	
	Total em moeda nacional	1	64	92	157	196	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
	Em moeda estrangeira						
	Itaú - 127828397	316	23.775	-	24.091	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	316	23.775	-	24.091		
	Total CFLO	317	23.839	92	24.248	196	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS - ECFS00040/2004	7	269	67	343	478	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	Total em moeda nacional	7	269	67	343	490	
EDEVP	Em moeda estrangeira						
	SANTANDER - 4068070	65	10.239	-	10.304	-	
	ITAU - 101115060002600	175	20.000	-	20.175	-	
	Total em moeda estrangeira	240	30.239	-	30.479	-	
	Total	247	30.508	67	30.822	490	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRAS EFS - 0037/2004	-	796	1.990	2.786	3.180	
	HP leasing	-	-	-	-	11	
	ITAU - 10111506002700	175	20.000	-	20.175	-	
	Total em moeda nacional	175	20.796	1.990	22.961	3.191	
EEB	Em moeda estrangeira						
	ABC Brasil - LA 35 030 14	699	53.036	-	53.735	45.410	(1)
	ITAU - OPERAÇÃO 4131	37	-	12.359	12.396	10.613	(1)
	SANTANDER - 7374489	5	59.842	-	59.847	-	
	Total em moeda estrangeira	741	112.878	12.359	125.978	56.023	
	Total EEB	916	133.674	14.349	148.939	59.214	
	Sub - total em moeda nacional	51.683	407.847	1.840.005	2.299.535	2.526.856	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(897)	(2.065)	(2.962)	(3.451)	
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	51.683	406.950	1.837.940	2.296.573	2.523.405	
	Sub - total em moeda estrangeira	18.557	1.020.620	1.525.887	2.565.064	1.593.629	
	Total em moeda estrangeira	18.557	1.020.620	1.525.887	2.565.064	1.593.629	
	TOTAL	70.240	1.427.570	3.363.827	4.861.637	4.117.034	

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$109.642 (R\$212.251 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos junto ao Bradesco (CCB), possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, o BNDES, Banco Itaú, Bank of America e Citibank suspenderam as aplicações dos indicadores financeiros até 31 de março de 2015, os quais foram revisados para 31 de março de 2016.

Os contratos de empréstimo e financiamento das controladas Energisa Mato Grosso e Energisa Sergipe com os bancos CCB - BTG Pactual e Bank of America Merrill Lynch, respectivamente, possuem cláusulas restritivas que requerem manutenção de certos índices financeiros e em 30 de junho de 2015, não foram cumpridas. Esses contratos possuem vencimentos em agosto e setembro de 2015 e foram contabilizados no passivo circulante.

(1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
ENERGISA	Citibank	abr/18	Semestral, após abr.2016	-	34	Libor	+ 1,64% a.a	17,90%	(1)
	ABC	nov/15	final	-	1	Dólar	+ 3,30% a.a	18,16%	(1)
	Banco Santander	set/15	final	-	3	Libor	+ 2,10% a.a	18,13%	(1)
	Banco Pine	jul/15	final	-	1	CDI	+ 3,50% a.a	7,67%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,70%	6,25%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	out/16	mensal	Recebíveis	16	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	34	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -3ª tranche	out/19	mensal	Recebíveis	52	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -4ª tranche	jul/22	mensal	Recebíveis	85	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -5ª tranche	out/22	mensal	Recebíveis	88	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	9	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -6ª tranche	ago/26	Mensal, após ago.2016	Aval Energisa S.A.	137	pré-fixado 6,0%		3,00%	
ENERGISA SERGIPE	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	pré-fixado 8,3%		4,15%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	TJLP	+ 4,00%	5,00%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	38	pré-fixado 8,4%		4,20%	(2)
	Banco ABC - repasse BNDES I	mai/19	mensal	Aval Energisa S.A.	47	TJLP	+ de 2,2% a 4,1%	4,10% a 5,05%	
	Banco ABC - repasse BNDES II	fev/23	mensal	Aval Energisa S.A.	92	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	4,05% a 4,55%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	103	pré-fixado	de 2,5% a 8,7%	0,32% a 1,09%	
	Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar/20	mensal	Aval Energisa S.A.	57	TJLP	+ 2,90% a 3,90%	6,12% a 6,24%	
	Nota Promissória Itaú	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	6	CDI	+ 2,00%	6,92%	
	Bank of America Merrill Lynch	set/15	final	Aval Energisa S.A.	3	Libor	+ 2,45%	18,31%	(1)
	Banco Itaú BBA	abr/18	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S.A.	34	Dólar	+ 3,4892% a.a	18,55%	(1)
	Citibank	abr/18	final	Aval Energisa S.A.	53	Libor	+ 1,91%	17,97% a 18,04%	(1)
ENERGISA PB	Fundo de Investimento em Direitos	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,70%	6,27%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Creditórios-Grupo Energisa III								
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	nov/16	mensal	Recebíveis	17	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	34	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -3ª tranche	jul/19	mensal	Recebíveis	21	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -4ª tranche	out/20	mensal	Recebíveis	76	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -5ª tranche	jun/21	mensal	Recebíveis	71	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 6ª tranche	mar/22	mensal	Recebíveis	81	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	9	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás Devolução LPT	mar/16	mensal	Recebíveis	9	Selic acumula		3,00%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	12	pré-fixado 7,8%		3,90%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	48	pré-fixado 8,1%		4,05%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	12	TJLP	+ 4,00%	5,00%	
	Banco Itau - repasse BNDES Finem	Até dez/23	mensal	Aval Energisa S.A.	102	TJLP	+ 3,5% a 8,90%	4,75% a 7,45%	
	Banco do Nordeste - repasse BNDES	jan/19	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP	+ de 3,4% a 4,4%	De 4,7% a 5,20%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até ago-2023	mensal	Aval Energisa S.A.	98	pré-fixado de 2,5% a 10%		7,25% a 11,00%	
	Banco Itaú BBA I	ago/15	Final	Aval Energisa S.A.	2	Dólar	+ 3,2466	18,43%	(1)
	Banco Itaú BBA II	abr/18	Anual, após abr. 2017	Aval Energisa S.A.	34	Dólar	+ 3,49%	18,55%	(1)
	Citibank	set/17	Anual após set. 2016	Aval Energisa S.A.	27	Libor	+ 1,90%	22,93%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,70%	6,27%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	26	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche (RJ)	ago/17	mensal	Recebíveis	26	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	dez/19	mensal	Recebíveis	54	RGR 5,0%		2,50%	
	Eletrobrás Subtransmissão	fev/18	mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		2,50%	
	Banco HSBC -repasse BNDES I	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	11	TJLP	+ 4,30%	5,15%	
	Banco HSBC -repasse BNDES II	mai/16	mensal	Aval da Energisa S.A.	11	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	2,21%	
	Banco HSBC -repasse	mai/16	mensal	Aval	11	TJLP	+ 3,90%	4,95%	
ENERGISA MG									

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	BNDES III			Energisa S.A.					
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	67	TJLP	+ 4,75%	5,38%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	67	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	1,94%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	67	TJLP	+ 5,95%	5,98%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	67	pré-fixado 5,5%		2,75%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	9	pré-fixado 5,5%		2,75%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até abr-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	106	pré-fixado de 2,5% a 10%		De 1,25% a 5,0%	
	Caixa Econômica Federal -FINAME	jan/22	mensal	Aval Energisa S.A.	79	pré-fixado 8,7%		4,35%	
	Banco Bradesco - CCB	nov/15	anual	-	5	CDI + 1,25%		6,55%	
	Banco Itaú BBA BNDES Finem	dez/23	mensal	Aval Energisa S.A.	102	TJLP + 2,25% a 4,15%		4,13% a 5,08%	
	Nota Promissória Itaú	jul/15	final	Aval Energisa S.A.	1	CDI	+ 1,95%	6,90%	
	Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A.	47	libor + 1,36%		17,76% a 17,97%	(1)
	Banco Itaú BBA	set/15	final	Aval Energisa S.A.	3	Dólar	+ 2,95%	18,29%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,70%	6,27%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	26	RGR 5,0%		2,75%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai/19	mensal, após jun.2014	-	48	RGR 5,0%		2,75%	
	Banco HSBC -repassse BNDES I	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	10	TJLP	+ 4,30%	5,15%	
	Banco HSBC -repassse BNDES II	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	10	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	2,15%	
ENERGISA NF	Banco HSBC -repassse BNDES III	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	10	TJLP	+ 3,90%	4,95%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	66	TJLP	+ 4,75%	5,38%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	66	UMBND	+ 3,75% + juros variáveis	1,94%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	66	TJLP	+ 5,95%	5,98%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	66	pré-fixado 5,5%		2,75%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES V	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	70	TJLP	+ 8,10%	7,05%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES VI	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	70	SELIC	+ 3,10%	7,54%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	9	pré-fixado 5,5%		2,75%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até nov-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	113	pré-fixado de 2,5% a 5,5%		1,25% a 2,75%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	36	TJLP	+ 4,65%	5,33%	
	Banco Itaú BBA -BNDES Automático II	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	36	UMBND	+ 3,65%	1,89%	
	Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A.	27	Libor	+ 2,25%	18,21%	(1)
	Banco Itaú BBA I	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	6	Dólar	+ 3,25%	18,44%	(1)
	Banco Itaú BBA II	fev/16	final	Aval Energisa S.A.	8	Dólar	+ 3,83%	18,73%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,70%	6,27%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	nov/16	mensal	Recebíveis	17	RGR 5,0%		2,50%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES I	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	93	UMBND	+ 3,90%	2,01%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES II	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	93	TJLP	+ 3,90%	7,95%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	pré-fixado 7,5%		3,75%	(2)
	Banco do Nordeste Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	50	pré-fixado 7,5%		3,75%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	68	pré-fixado de 4,5% a 5,5%		2,25% a 2,75%	
	Banco Itaú BBA -FINEM	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	58	TJLP	+ de 3,81% a 8,10%	3,91% a 7,05%	
	Bank of America Merrill Lynch	fev/16	final	Aval Energisa S.A.	8	Libor	+ 2,45%	18,31%	
	Banco Itaú BBA	ago/15	Final	Aval Energisa S.A.	2	Dólar	+ 3,25%	18,44%	(1)
	CCB SANTANDER	mar/16	Final	Aval Energisa S.A.	1	Dólar	+ 2,59%	17,78%	(1)
ENERGISA SOLUÇÕES	FINEP	out/18	mensal	Fiança Energisa S.A.	20	pré-fixado 8,0%		4,00%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Banco Itaú BBA FINAME	até fev-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	51	pré-fixado de 2,5% a 6,0%		1,25% a 3,0%	
ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES	Banco Itaú BBA FINAME	até nov-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	51	pré-fixado 6,0%		3,00%	
ENERGISA SERV. AÉREOS	Leasing bradesco	dez/15	mensal	Alienação Fiduciária	6	CDI		5,92%	
REDE ENERGIA	Banco industrial e comercial s.a. (bicbanco)	jul/36	Mensal	Recebíveis	253	IPCA	+ 1,05% a.a	5,87%	
	Banco do nordeste do brasil s.a.	jul/36	Mensal	Recebíveis	253	IPCA	+ 1,05% a.a	5,87%	
CAIUÁ	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	45	CDI	2,28% a.a	3,38%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	16	UFIR	6,0% a.a	1,50%	
	Itaú BBA	nov/17	Mensal	Aval	29	Dólar	+ 3,40%	21,33%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	Mensal	Aval	24	Dólar	+ 1,85 %	21,33%	(1)
ETO	Eletrobrás II	Jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	31	UFIR	De 6,0 a 6,50%a.a	3,0% a 3,25%	
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	48	CDI	2,28% a.a	7,06%	
	Banco Itaú	jun/19	mensal	Recebíveis	36	Dólar	2,72% a.a	18,17%	(1)
DENERGE	FI-FGTS - (Reestruturado)	jul/36	mensal		256	TR	4,0% a.a	2,64%	
CTCE	Banco BMG	jul/36	mensal		256		1,0% a.a	0,50%	
EMS	Eletrobrás	jun/15 a mai/22	trimestral	-	18	-	6,0 a 8,0% a.a	3,0% a 4,0%	
	Safra finame I	Nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	8	PRÉ	8,0% a.a	4,00%	
	Safra finame II	nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	8	TJLP	5,7% a.a	5,85%	
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	mensal	Aval	3	Dólar	2,00% a.a	17,81%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	231	TR	8,0% a.a	4,64%	
EMT	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	86	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	3,0% a 4,0% a.a	
	Banco Fibra/BTG	ago/15	Mensal	Cessão Sub-rogação CCC	2	CDI	4,43% a.a	8,14%	
	Banco JP Morgan -	mai/17	Mensal	Recebíveis	23	CDI	2,0% a.a	6,92%	
	Finame - SAFRA	abr/16	Mensal	-	10	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	4,95% a 6,25%	
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis+ Aval	24	CDI	2,8% a.a	7,32%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	231	TR	8,0% a.a	4,64%	
	Banco Merrill Lynch	mai/17	mensal	Fiança	23	CDI	2,0% a.a	6,92%	(1)
CNEE	Cessna Finance	set/20	trimestral	Depósito Caução	63	PRÉ	6,75% a.a	3,38%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	15	UFIR	6,0% a.a	3,00%	
CFLO	Eletrobrás	jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	19	UFIR	6,0% a.a	0,015	
	Banco Itaú	fev/16	Final	Aval	8	Dólar	3,83% a.a	18,73%	(1)
EDEVV	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	15	UFIR	6,0% a.a	3,00%	
	Banco Itaú	jul/15	Final	Aval	1	Dólar	2,90% a.a	18,26%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	CCD - Santander	out/15	Final	Aval	1	Dólar	3,00% a.a	18,36%	
EEB	Eletrobrás	de set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	54	UFIR	6,0% a.a	3,00%	
	Banco ABC Brasil	set/15	Mensal	Aval	3	Dólar	+ 2,62%	18,12%	(1)
	Banco Itaú	jul/15	Mensal	Aval	1	CDI	+ 2,90%	7,37%	
	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	29	Dólar	+ 3,40%	18,51%	(1)
	Santander	dez/15	Mensal	Aval	1	Dólar	3,10%	18,21%	

1 - Possui Swap

2 - Considera bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	16,81%	13,39%
TJLP	3,00%	5,00%
SELIC	5,99%	10,90%
CDI	5,92%	10,81%
IPCA	5,34%	6,41%
IGP-M	4,33%	3,67%
LIBOR	0,27%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%
TR	0,64%	0,86%

Em 30 de junho de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	-	186.596
2017	77.565	993.671
2018	77.565	796.657
2019	-	342.488
Após 2019	-	1.044.415
Total	155.130	3.363.827

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	579.408	176.513	4.117.034	2.104.076
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	2.625.334
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	265.000	440.000	1.078.035	1.798.087
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	92.172	89.286	428.601	390.847
Pagamento de principal	(205.000)	(29.946)	(704.001)	(1.648.155)
Pagamento de juros	(13.114)	(96.445)	(58.032)	(286.356)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	-	(866.799)
Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014	718.466	579.408	4.861.637	4.117.034
Circulante	563.336	380.193	1.497.810	1.275.949
Não circulante	155.130	199.215	3.363.827	2.841.085

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	24	100	136
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	30	15	60
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	12	23	12	47
	Banco ABC Repasse BNDES	9	18	40	67
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	28	56	156	240
		76	151	323	550
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	48	96	389	533
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	55	110	55	220
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	14	28	13	55
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	52	104	260	416
		169	338	717	1.224
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	24	95	131
		12	24	95	131
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	3	6	26	35
		3	6	26	35
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	4	8	29	41
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	9	18	11	38
		13	26	40	79
ESOL	Finep	3	6	12	21
		3	6	12	21
Celtins	Banco Santander	221	305	396	922
		221	305	396	922
	TOTAL	497	856	1.609	2.962

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora				Controlada ESE	Subtotal Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	Total	3ª Emissão	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública		Pública	
Data de emissão	15/07/2012	15/07/2012	01/03/2014		30/10/2013	
Data de vencimento	15/07/2017	15/07/2019	01/03/2016		30/10/2019	
Garantia	Quirografária	Quirografária	Quirografária		Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,3% a.a	CDI + 1,55% a.a	CDI + 2,34% a.a		115,5% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)	13,83%	13,83%	13,83%			
Quantidade de títulos	12.857	27.143	150.000		60	
Valor na data de emissão	128.570	271.430	1.500.000		60.000	
Títulos em circulação	12.857	27.143	150.000		60	
Carência de Juros	6 meses	12 meses	12 meses		24 meses	
Amortizações/parcelas	2 anuais	2 anuais	2 anuais		5 anuais	
Saldos em 30/06/2015	136.402	363.760	569.926	1.070.088	73.463	1.143.551
Circulante	8.123	37.734	569.926	615.783	25.463	641.246
Não circulante	128.279	326.026	-	454.305	48.000	502.305
Saldos em 31/12/2014	135.818	327.704	1.660.594	2.124.116	68.746	2.192.862
Circulante	7.674	56.600	661.810	726.084	8.746	734.830
Não circulante	128.144	271.104	998.784	1.398.032	60.000	1.458.032

	Subtotal	Controlada Rede Energia	Controlada EMT		Controlada EMS	Controlada ETO	Total consolidado
		4ª Emissão	2ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		22/12/2009	15/4/2010	15/5/2014	31/5/2014	31/5/2014	
Data de vencimento		22/12/2014	15/5/2017	17/5/2021	30/5/2021	30/5/2019	
Garantia		Quirografária	Flutuante	Flutuante	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.	
TIR (taxa efetiva de juros)		14,37%	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	13,09%	13,09%	13,09%	
Quantidade de títulos		370.000	250	45.000	40.000	5.000	
Valor na data de emissão		370.000	250.000	450.000	400.000	50.000	
Títulos em circulação		-	250	45.000	40.000	5.000	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	24 meses	2 anos	2 anos	
Data de repactuação		-	1/8/2012	-	-	-	
Amortizações/ parcela		semestral	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16	
Saldos em 30/06/2015	1.143.551	41.049	-	455.109	401.988	50.154	2.091.851
Circulante	641.246	2.669	-	14.847	3.970	1.733	664.465
Não circulante	502.305	38.380	-	440.262	398.018	48.421	1.427.386
Saldos em 31/12/2014	2.192.862	34.928	40.431	453.324	401.892	50.041	3.173.478
Circulante	734.830	1.012	40.431	6.017	4.281	297	786.868
Não circulante	1.458.032	33.916	-	447.307	397.611	49.744	2.386.610

(*) Deduzido de R\$11.282 (R\$7.191 em 31 de dezembro de 2014) referentes aos custos de captação.

As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas

de R\$295.552 de ajuste a valor presente.

As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2015 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	64.139	169.689
2017	64.139	263.238
2018	163.013	362.112
2019	163.014	352.428
Após 2019	-	279.919
Total	454.305	1.427.386

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

30/06/2015							
	Controladora			EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	266	88	1.989	873	124	744	4.084
Exercício 2016	176	-	1.989	210	32	187	2.594
Após 2016	176	300	-	2.097	168	1.863	4.604
	618	388	3.978	3.180	324	2.794	11.282

31/12/2014							
	Controladora			EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	-	-	4.864	954	-	778	6.596
Exercício 2016	347	-	1.216	314	76	282	2.235
Após 2016	347	417	-	2.379	314	2.138	5.595
	694	417	6.080	3.647	390	3.198	14.426

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	2.124.116	467.797	3.173.478	728.990
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	306.363
Novas debêntures obtidas	-	1.495.146	-	2.514.300
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	129.636	203.742	205.983	327.227
Pagamento de principal	(939.383)	(32.952)	(1.043.329)	(546.090)
Pagamento de juros	(244.281)	(9.617)	(244.281)	(32.140)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	-	(125.172)
Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014	1.070.088	2.124.116	2.091.851	3.173.478
Circulante	615.783	726.084	664.465	786.868
Não circulante	454.305	1.398.032	1.427.386	2.386.610

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	296.056	222.654
Encargos Sociais	513	314	14.475	17.083
IRPJ	-	50.779	76.575	101.949
CSSL	-	25.692	31.303	47.610
PIS/COFINS	613	707	118.313	101.591
IOF	3.256	1	6.534	691
IRRF	3.748	486	11.409	6.962
Outros	454	2.540	6.873	11.678
Total	8.584	80.519	561.538	510.218
Circulante	8.584	80.519	472.026	434.254
Não Circulante (1)	-	-	89.512	75.964

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

24 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	ESE	EMT	REDE SUL	30/06/2015	31/12/2014
LEI 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	255	-	-	255	303
COFINS	3.383	-	2.296	5.679	6.769
CSSL	20	-	-	20	28
IRRF	4	-	-	4	6
ICMS	-	4.421	95.085	99.506	105.202
TOTAL	3.662	4.421	97.381	105.464	113.563
Circulante	2.093	2.342	16.144	20.579	22.851
Não Circulante	1.569	2.079	81.237	84.885	90.712

Posição em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Valor original	Multa	Juros	30/06/2015	31/12/2014
Lei 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	89	6	160	255	303
COFINS	3.210	228	2.240	5.678	6.769
CSLL	5	1	14	20	28
ICMS	67.783	8.986	22.738	99.507	105.202
IRRF	1	-	3	4	6
TOTAL	71.088	9.221	25.155	105.464	113.563
Circulante	13.871	1.799	4.908	20.579	22.851
Não Circulante	57.217	7.422	20.247	84.885	90.712

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/06/2015	31/12/2014
2016	11.075	15.332
2017	15.972	15.291
Após	57.838	60.089
Total - não circulante	84.885	90.712

25 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

Risco provável - composição e movimentações

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Amortização valor justo	Saldo Final 30/06/2015
Trabalhistas	201.786	32.298	(40.822)	11.179	(7.944)	196.497
Cíveis	367.270	49.578	(87.638)	19.605	(6.638)	342.177
Fiscais	60.058	11.244	(30.401)	2.953	-	43.854
Total	629.114	93.120	(158.861)	33.737	(14.582)	582.528
Depósitos e cauções vinculados (*)	(115.014)					(87.661)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$184.362 (R\$163.318 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$96.701 (R\$48.304 em 31 de dezembro de 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período de 30 de junho de 2015 foram pagos no consolidado o montante de R\$37.697 (R\$39.116 em 31 de dezembro 2014) sendo de indenizações trabalhistas R\$14.016 (R\$27.364 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações cíveis R\$23.682 (R\$11.751 em 31 de dezembro de 2014).

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$2.304.601 (R\$1.927.780 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$127.729 (R\$129.202 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.284.889 (R\$922.354 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$891.983 (R\$882.087 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Os processos administrativos da controlada indireta EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

26 Taxas regulamentares - consolidado

	30/06/2015	31/12/2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.878	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	21.511	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	17.576	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.610	155.113
Total	212.575	468.866
Circulante	40.306	291.281
Não circulante	172.269	177.585

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP foram totalmente liquidados.

27 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 30 de junho de 2015 montam em R\$356.567 (R\$364.397 em 31 de dezembro de 2014) sendo R\$155.105 (R\$146.424 em 31 de dezembro de 2014) no circulante e R\$201.462 (R\$217.973 em 31 de dezembro de 2014) no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5 a 1% ao mês de juros.

28 Patrimônio Líquido

28.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.010.000 (R\$1.010.000 em 31 de dezembro de 2014), representando 1.245.690.889 ações nominativas, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units é de 155.880.012.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais.

O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor mercado dessas ações em 30 de junho de 2015 corresponde a R\$62.760 (R\$60.189 em 31 de dezembro de 2014).

28.2 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2015	30/06/2014
EPB	SUDENE	197/2012	21.657	9.316
ESE	SUDENE	205/2012	13.762	1.489
EBO	SUDENE	206/2012	2.882	9.614
EMT	SUDAM	114/2014	-	-
ETO	SUDAM	113/2014	16.544	-
Total			54.845	20.419

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

28.3 Dividendos

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$130.946 em 29 de junho de 2015.

O Conselho de Administração aprovou em 29 de junho de 2015, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 31 de março do corrente exercício, no montante de R\$100.351 (R\$0,082 por ação ordinária ou preferencial e R\$0,41 por UNIT). Esses dividendos serão pagos a partir de 20 de julho de 2015.

29 Receita operacional

29.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	16.162	31.771	16.201	32.104
Deduções a receita operacional				
PIS	(266)	(524)	(268)	(530)
COFINS	(1.229)	(2.415)	(1.231)	(2.440)
ISS	(323)	(637)	(336)	(647)
Receita operacional líquida	14.344	28.195	14.366	28.487

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados a controladas.

29.2 Receita operacional bruta - consolidada

	30/06/2015				30/06/2014			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014 (*)	01/01/2014 à 30/06/2014 (*)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	5.143.095	4.961.998	1.637.230	3.034.370	4.943.267	3.050.529	996.556	1.391.058
Industrial	59.257	1.878.111	627.734	1.116.278	65.861	1.257.446	374.331	477.203
Comercial	466.604	2.813.305	961.175	1.751.450	456.088	1.665.495	587.444	778.499
Rural	585.908	1.168.222	323.105	637.399	571.865	665.345	182.912	233.674
Poder Público:								
Federal	3.249	137.908	51.849	93.114	7.879	89.706	31.749	46.092
Estadual	15.819	266.535	76.135	133.955	15.687	160.941	46.536	62.131
Municipal	42.282	249.890	79.812	140.536	36.695	157.659	49.651	61.073
Iluminação Pública	6.140	676.400	125.349	214.692	5.750	430.869	70.353	98.279
Serviço Público	7.082	513.217	137.282	244.971	6.882	375.398	72.031	102.812
Consumo Próprio	1.331	17.795	-	-	1.304	11.342	-	-
Subtotal	6.330.767	12.683.381	4.019.671	7.366.765	6.111.278	7.864.730	2.411.563	3.250.821
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	17.208	33.949	-	-	13.019	25.713
Suprimento	2	936.297	115.137	240.111	2	127.847	108.674	117.183
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(189.803)	(31.237)	70.771	-	3.161	24.752	3.653
Venda de energia a consumidores livres	235	1.010.088	125.221	220.334	241	1.193.484	104.031	200.564
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	130.380	226.358	-	-	61.964	86.963
Serviços Especializados	-	-	12.079	33.021	-	-	13.365	24.023
Receita de Construção (1)	-	-	319.668	529.619	-	-	191.165	252.479
Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2)	-	-	16.650	15.822	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	36.526	98.172	-	-	82.582	88.388
Total - receita operacional bruta	6.331.004	14.439.963	4.761.303	8.834.922	6.111.521	9.189.222	3.011.115	4.049.787
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	852.835	1.566.656	-	-	515.653	701.614
PIS	-	-	70.286	134.205	-	-	46.176	62.687
COFINS	-	-	320.883	615.043	-	-	213.245	289.300

	30/06/2015				30/06/2014			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014 (*)	01/01/2014 à 30/06/2014 (*)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
ISS	-	-	1.803	3.209	-	-	1.237	2.202
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	10.749	22.753	-	-	9.064	11.995
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	444.098	588.909	-	-	22.969	26.023
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	10.751	22.755	-	-	8.326	11.257
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	14.423	30.532	-	-	14.245	18.636
Fundo Nac. de Des. Científico e Tec. - FNDCT	-	-	-	-	-	-	396	396
Encargo Consumidor - Excedentes Bandeiras Tarifárias	-	-	333.486	515.403	-	-	-	-
Estudo de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	-	-	-	200	200
Total	-	-	2.059.314	3.499.465	-	-	831.511	1.124.310
Total - receita operacional líquida	6.331.004	14.439.963	2.701.989	5.335.457	6.111.521	9.189.222	2.179.604	2.925.477

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.
- (*) A partir de 11 de abril de 2014, em face das aquisições das empresas do Grupo Rede, somente foram computados os valores de fornecimento a partir daquela data.

30 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWh (***)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2015	30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Energia de Itaipú - Binacional	1.571.423	892.899	234.333	386.332	89.096	98.477
Energia de leilão	5.786.516	3.303.278	543.030	1.303.507	492.940	662.101
Energia bilateral	5.108.185	3.230.859	625.779	1.128.559	450.434	615.658
Cotas de Angra REN 530/12	478.156	323.644	45.164	84.216	32.903	45.634
Energia de curto prazo - CCEE	471.318	518.789	266.195	509.207	224.015	440.372
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	2.962.428	2.189.703	55.473	102.369	42.803	66.445
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	297.212	190.445	39.778	79.552	37.112	50.340
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(146.363)	(151.049)	(327.260)
Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**)	-	-	(263.693)	(396.297)	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(125.431)	(259.231)	(101.941)	(139.684)
Total	16.675.238	10.649.617	1.420.628	2.791.851	1.116.313	1.512.083

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015, a Aneel, através do Despacho nº 773, homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica referente aos meses de novembro e dezembro de 2014, que segue:

Meses	Despacho	EMG	EPB	ESE	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Março	Despacho nº 773 de 27 de março de 2015	11.534	25.742	25.958	7.594	8.124	35.437	14.273	17.701	146.363

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(**) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$396.297 como redutor de energia comprada, e R\$515.403 como deduções da receita operacional.

Para os meses de janeiro a maio de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	(1.033)	(1.755)	936	(525)	(288)	(7.735)	126	1.766	(1.320)	(9.828)
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	(1.768)	(716)	4.259	(798)	317	(15.006)	1.460	2.925	(392)	(9.719)
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	(2.975)	(948)	5.508	(1.334)	323	(23.397)	1.223	6.579	(3.184)	(18.205)
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	(2.904)	1.759	7.274	(1.487)	535	(30.482)	(2.775)	5.047	(3.661)	(26.694)
Maior	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	(5.063)	5.097	11.133	(1.461)	1.269	(29.516)	(3.076)	4.769	(3.392)	(20.240)
Junho	Valor a ser homologado	(3.697)	(1.046)	5.051	(1.476)	37	(29.528)	1.995	(144)	(5.612)	(34.420)
		<u>(17.440)</u>	<u>2.391</u>	<u>34.161</u>	<u>(7.081)</u>	<u>2.193</u>	<u>(135.664)</u>	<u>(1.047)</u>	<u>20.942</u>	<u>(17.561)</u>	<u>(119.106)</u>

(***) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

31 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Controladora	Consolidado	
			30/06/2015 e 31/12/2014	30/06//2015	31/12/2014
Riscos operacionais	23/10/2015	35.606	31	1.969	1.918
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	13	3.852	3.852
Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2015	Até R\$360 mil/veículo	12	1.300	1.300
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2015	10.000	-	127	127
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2015	521	-	5	5
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2015	129.365	-	263	263
Compreensivo Empresarial	26/09/2015	620	-	5	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	91.062	158	2.183	2.183
Multirrisco Hangar	20/11/2015	2.500	-	5	5
RC Hangar	20/11/2015	27.932	-	77	77
Transportes	30/11/2015	Ate 2.000 transporte	-	175	175
			214	9.961	9.910

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

32 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$11.937 (R\$15.039 em 31 de dezembro de 2014) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arredamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram no consolidado os montantes de R\$3.102 como despesa de depreciação e de R\$1.401 como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$39.571 (R\$35.898 em 31 de dezembro de 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de junho de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2015	2.447
2016	5.131
2017	5.486
2018	5.866
2019	6.272
2020	14.369
Total	39.571
Circulante	4.969
Não Circulante	34.602

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	22.349	22.349	50.249	50.249
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	99	99	6.046	6.046
Clientes	5.165	5.165	5.158	5.158
Instrumentos financeiros derivativos	105.894	105.894	74.361	74.361
Créditos com partes relacionadas	697.622	697.622	760.728	760.728
Passivos				
Fornecedores	747	747	1.182	1.182
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	1.788.554	1.775.512	2.703.524	2.681.385
Créditos com partes relacionadas	92.575	92.575	144.018	144.018

Consolidado				
	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	597.082	597.082	576.072	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	859.619	859.619	1.048.557	1.048.557
Clientes	1.907.115	1.907.115	1.541.985	1.541.985
Títulos de créditos a receber e outros	126.875	126.875	108.543	108.543
Contas a receber da concessão	3.334.069	3.334.069	3.024.053	3.024.053
Ativos regulatórios	1.252.594	1.252.594	1.008.801	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	263.140	263.140	217.103	217.103
Passivos				
Fornecedores	1.367.846	1.367.846	1.326.139	1.326.139
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	6.953.488	6.940.446	7.290.512	7.268.373
Passivos regulatórios	829.965	829.965	654.980	654.980
Taxas regulamentares	212.575	212.575	468.866	468.866
Instrumento financeiro - MTM (*)	358.711	358.711	328.231	328.231
Instrumentos financeiros derivativos	7.335	7.335	-	-

(*) A controlada EEVP possui contrato com opção de venda de ações firmado com terceiros, possuindo então a obrigação de compra, e inclui um instrumento de características semelhantes a de um derivativo. A variação do valor justo deste instrumento foi registrada, pela controlada, diretamente no patrimônio líquido.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo essas 5ª e 6ª emissão de debêntures da controladora, 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), as notas promissórias da controladora e da EMS, a 3ª emissão de Debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Dívida (a)	6.953.488	7.290.512
Caixa e equivalentes de caixa	(597.082)	(576.072)
Dívida líquida	6.356.406	6.714.440
Patrimônio líquido (b)	2.017.459	1.882.939
Índice de endividamento líquido	3,15	3,57

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		747	-	-	-	-	747
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	15,78%	1.446.131	190.958	132.370	43.039	-	1.812.498
Total		1.446.878	190.958	132.370	43.039	-	1.813.245

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.002.914	-	156.062	195.078	13.792	1.367.846
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	13,01%	2.390.538	615.528	2.673.017	1.582.455	3.577.315	10.838.853
Total		3.393.452	615.528	2.829.079	1.777.533	3.591.107	12.206.699

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	22.349	50.249	597.082	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	99	6.046	859.619	1.048.557
Clientes	5.165	5.158	1.907.115	1.541.985
Títulos de créditos a receber e outros	-	-	126.875	108.543
Contas a receber da concessão	-	-	3.334.069	3.024.053
Ativos regulatórios	-	-	1.252.594	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	105.894	74.361	263.140	217.103

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 11, 16 e 33.

b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2015, com alta de 16,81% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,1026/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2015 era de 17,57%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2015, de R\$6.967.732 (R\$7.308.389 em 31 de dezembro de 2014), R\$2.565.064 (R\$1.593.629 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 27 de Fevereiro de 2019) e custo máximo de US\$ mais 4,5% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 apresenta no ativo circulante R\$53.110 e no ativo não circulante R\$52.784 (R\$74.361 em 31 de dezembro de 2014) na controladora, R\$174.443 (R\$59.705 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante, R\$88.697 (R\$157.398 em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante e R\$366.046 (R\$328.231 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora

refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados. Inclui no consolidado R\$358.711 (R\$327.972 em 31 de dezembro de 2014) de um instrumento de características semelhantes a um derivativo da controlada EEVP.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 98% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131				3,2415 (Abr/16)
Citibank x ESA 1A				3,0235 (Abr/17)
P. Ativa	75.000	LIBOR + 1,64%	27/04/2018	3,1896 (Abr/18)
P. Passiva		102,15% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA x ENF 3	3.000	VC + 4,3288%	17/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA x EBO 2	6.000	VC + 4,3288%	17/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA x EPB 1	16.900	VC + 4,3288%	17/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA x EMG 3	30.000	VC + 3,93%	21/09/2015	-
P. Ativa		VC + 3,93%		
P. Passiva		101,50% CDI		
Loan 4131				
BAML x ESE 1	30.000	LIBOR + 2,45%	21/09/2015	-
P. Ativa		LIBOR + 2,45%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA x ENF 4	2.410	VC + 3,82%	28/12/2015	-
P. Ativa		VC + 3,82%		
P. Passiva		110,50% CDI		
Loan 4131				3,11 (Abr/17)
Itaú BBA x ESE 2	50.231	VC + 4,105%	17/04/2018	3,30 (Abr/18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		
Loan 4131				3,11 (Abr/17)
Itaú BBA x EPB 3	60.277	VC + 4,105%	17/04/2018	3,30 (Abr/18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		
Loan 4131				
BAML x EBO 3	4.000	LIBOR + 2,45%	01/02/2016	-
P. Ativa		LIBOR + 2,45%		
P. Passiva		116,45% CDI		
Loan 4131				
BAML x EMT 1	6.969	LIBOR + 1,50%	04/05/2017	-
P. Ativa		LIBOR + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Banco ABC x Bragantina 1 P. Ativa P. Passiva	17.094	VC + 3,50% CDI + 2,90%	11/09/2015	-
Loan 4131 Citibank x ENF 6 P. Ativa P. Passiva	8.250	LIBOR + 1,36% 113,90% CDI	28/09/2017	-
Loan 4131 Citibank x EMG 4 P. Ativa P. Passiva	16.450	LIBOR + 1,36% 113,90% CDI	28/09/2017	-
Loan 4131 Santander x ESA 3 P. Ativa P. Passiva	40.883	VC + 2,80% 117,30% CDI	28/09/2015	-
Loan 4131 Banco ABC x ESA 4 P. Ativa P. Passiva	31.872	VC + 4,40% CDI + 2,90%	30/11/2015	-
Loan 4131 Itaú BBA x ECA 1 P. Ativa P. Passiva	25.893	VC + 4,00% CDI + 2,25%	28/11/2017	-
Loan 4131 Itaú BBA x Bragantina 2 P. Ativa P. Passiva	3.984	VC + 4,00% CDI + 2,25%	28/11/2017	-
Loan 4131 Banco ABC x ESA 5 P. Ativa P. Passiva	29.963	VC + 4,00% CDI + 2,90%	02/07/2015	-
Loan 4131 Citibank x EPB 2 P. Ativa P. Passiva	40.000	LIBOR + 1,8987% 101,00% CDI	21/09/2017	3,3660 (Set/16) 3,1975 (Set/17)
Loan 4131 Itaú BBA x CFLO 1 P. Ativa P. Passiva	7.663	VC + 4,50% CDI + 2,35%	25/02/2016	-
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 7 P. Ativa P. Passiva	7.663	VC + 4,50% CDI + 2,35%	25/02/2016	-
Loan 4131 Citibank x EPB 4 P. Ativa P. Passiva	5.500	LIBOR + 1,88% CDI + 1,80%	27/02/2019	-
Loan 4131 Citibank x ESE 3 P. Ativa P. Passiva	50.000	LIBOR + 1,91% 103,50% CDI	19/04/2018	3,31 (Abr/18)

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Santander x EBO 4 P. Ativa P. Passiva	3.000	VC + 3,45% CDI + 1,20%	24/03/2016	-
Loan 4131 Banco ABC x ESA 6 P. Ativa P. Passiva	6.969	VC + 4,1350% CDI + 3,50%	24/08/2015	-
Loan 4131 Itaú BBA x ETO 1 P. Ativa P. Passiva	65.030	VC + 4,04% CDI + 2,72%	13/04/2020	-
Loan 4131 Santander x EDEVP 1 P. Ativa P. Passiva	3.300	VC + 3,00% CDI + 1,89%	13/10/2015	-
Loan 4131 Citibank x ESE 4 P. Ativa P. Passiva	22.314	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-
Loan 4131 Citibank x EPB 5 P. Ativa P. Passiva	20.720	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-
Loan 4131 Citibank x EMG 6 P. Ativa P. Passiva	14.345	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-
Loan 4131 BAML x EMS 2 P. Ativa P. Passiva	31.446	Libor + 1,85% CDI + 1,4925%	01/06/2017	-
Loan 4131 BAML x ECA 2 P. Ativa P. Passiva	12.882	Libor + 1,85% CDI + 1,4995%	12/06/2017	-
Loan 4131 Santander x ESA 7 P. Ativa P. Passiva	32.253	VC + 4,01% CDI + 2,50%	03/06/2016	-
Loan 4131 Santander x EEB 3 P. Ativa P. Passiva	19.288	VC + 3,10% CDI + 2,45%	28/12/2015	-

Buscando menor exposição ao risco, em 27 de janeiro de 2015, a Administração excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131 abaixo, de forma a eliminar os riscos de perdas por alta do USD nos swaps cambiais.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 3 P. Ativa	30.000	VC + 3,93%	21/09/2015	2,85 (Set/15)
P. Passiva		101,50% CDI		
Loan 4131 BAML x ESE 1 P. Ativa	30.000	LIBOR + 2,45%	21/09/2015	2,90 (Set/15)
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EPB 1 P. Ativa	16.900	VC + 4,3288%	17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EBO 2 P. Ativa	6.000	VC + 4,3288%	17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 4 P. Ativa	2.410	VC + 3,82%	28/12/2015	2,95 (Dez/15)
P. Passiva		110,50% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 3 P. Ativa	3.000	VC + 4,3288%	17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Passiva		100,00% CDI		

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento
SWAP	33.333		17/10/2016
HSBC X ESA			
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		109,20% CDI + (TJLP-6,00%)	
SWAP	166.667		17/10/2016
Santander X ESA			
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		CDI + 1,27% + (TJLP-6,00%)	
SWAP	128.570		17/07/2017
Santander X ESA			
P. Ativa		CDI + 1,30%	
P. Passiva		CDI + 1,00% + (TJLP-5,50%)	
SWAP	128.570		17/07/2017
HSBC X ESA			
P. Ativa		CDI + 0,00%	
P. Passiva		Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	
SWAP	271.430		15/07/2019
Santander X ESA			
P. Ativa		IPCA + 6,15%	
P. Passiva		IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	
SWAP	287.616		15/07/2019
BAML X ESA			
P. Ativa		IPCA + 5,85%	
P. Passiva		CDI + 0,99%	
SWAP	141.600		27/04/2018
HSBC X ESA			
P. Ativa		100,00% CDI	
P. Passiva		96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	
SWAP	175.000		15/06/2020
HSBC X ESA			
P. Ativa		Pré 9,63%	
P. Passiva		102,65% CDI	
SWAP	22.222		05/09/2016
HSBC X EMS			
P. Ativa		CDI + 3,50%	
P. Passiva		132,00% CDI + (TJLP-6,00%)	

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

A administração da Companhia e suas controladas tem, constantemente, buscado alternativas de levantar capital a um custo atraente dada as condições de mercado no momento da emissão. Com a alta da taxa de câmbio, surgiu a oportunidade de liquidar antecipadamente o instrumento de swap das controladas Energisa Sergipe e Energisa Paraíba junto ao Banco Citibank. A operação resultou na entrada de R\$77.045 sendo R\$29.519 na controlada Energisa Paraíba e R\$47.526 na controlada Energisa Sergipe, mas sem a necessidade de aumentar o valor da dívida.

A operação permitiu a monetização do hedge existente a um custo bastante atrativo, quando considerados os custos de captação de um valor equivalente a preços de mercado. Importante ressaltar que, em se tratando de

monetização de um ativo (MTM), houve redução do montante alocado no balanço patrimonial ativo dessas Companhias com entrada de recursos equivalentes no caixa (descontados dos custos de estruturação).

A montagem do novo swap respeitou os prazos, custos e “notionals” da dívida associada em dólar, implicando na manutenção da exposição financeira, limitação do risco financeiro das Companhias e variações da taxa de cambio.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2015	31/12/2014		30/06/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.505.809	1.466.839
Swap de Juros	1.335.009	1.363.897	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.499.527)	(1.447.383)
			Posição Total Swap	6.282	19.456
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	882.234	1.729.372
Swap Cambial com opções	631.700	1.385.427	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(652.508)	(1.435.984)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(151.688)	(90.166)
			Posição Total Swap Com Opções	78.038	203.222
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	1.673.011	-
Swap Cambial	1.419.126	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.501.526)	-
			Posição Total Swap Com Opções	171.485	-

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (**)	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros Swap com Opções	-		107.676	(85.964)	(279.603)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira USD e LIBOR	882.234		774.558	968.197	1.161.837
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(652.508)	Alta US\$	(652.508)	(652.508)	(652.508)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(151.688)		(31.216)	(207.362)	(384.289)
Subtotal	78.038		90.834	108.327	125.040
Total Líquido	78.038		198.510	22.363	(154.563)
Instrumentos financeiros Swap Cambial	-		118.371	(270.290)	(658.950)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.673.011		1.554.640	1.943.301	2.331.961
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(1.501.526)	Alta US\$	(1.501.526)	(1.501.526)	(1.501.526)
Subtotal	171.485		53.114	441.775	830.435
Total Líquido	171.485		171.485	171.485	171.485
Total Geral	249.523		369.995	193.848	16.922

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2015, o que é refletido no valor presente positivo de R\$369.995, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivos de R\$193.848 e R\$16.922, respectivamente.

(3) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição (**)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-	-	16.235	(78.346)	(172.751)
Swap Juros					
Posição Ativa - Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.505.809		1.473.629	1.662.830	1.851.664
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.499.527)	Alta CDI, TJLP e IPCA	(1.483.512)	(1.646.430)	(1.808.639)
Subtotal	6.282		(9.883)	16.400	43.025
Total Líquido	6.282		6.352	(61.946)	(129.726)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64%, TJLP = 6,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.283.910	Alta CDI	37.236	46.000	54.568
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.292.184)	Alta CDI	(73.248)	(90.538)	(107.462)
	(2.488.943)	Alta CDI	(83.669)	(103.361)	(122.859)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(150.390)	Alta TJLP	(2.386)	(2.965)	(3.540)
	(97.491)	Alta FNE	(2.076)	(2.581)	(3.078)
Subtotal (2)	(5.029.008)		(161.379)	(199.445)	(236.939)
Total -perdas (2)	(3.745.098)	-	(124.143)	(153.445)	(182.371)

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2015 (14,14% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2015, TJLP 6,5% ao ano e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré fixadas no valor de R\$1.938.724.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 -Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 -Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 -Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	22.349	50.249	597.082	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	99	6.046	859.619	1.048.557
Clientes	2	5.165	5.158	1.907.115	1.541.985
Títulos de créditos a receber	2	-	-	126.875	108.543
Instrumentos financeiros derivativos	2	105.894	74.361	263.140	217.103
Contas a receber da concessão	3	-	-	3.334.069	3.024.053
Ativos regulatórios	3	-	-	1.252.594	1.008.801

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

34 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido para os quais é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo em 30 de junho de 2015, a despesa dos planos foi de R\$22.910 (R\$11.570 em 30 de junho de 2014), no consolidado.

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 30 de junho de 2015, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R\$128 (R\$189 em 30 de junho de 2014) na controladora e R\$490 (R\$704 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 30 de junho de 2015, as despesas com esse benefício foram de R\$455 (R\$402 em 30 de junho de 2014) na controladora e R\$24.954 (R\$11.953 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

35 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Vigência	Contrato de venda de energia - reais mil					
		2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Comercializadora	2015 a 2026	206.780	479.507	493.141	560.069	620.438	6.336.184
		<u>206.780</u>	<u>479.507</u>	<u>493.141</u>	<u>560.069</u>	<u>620.438</u>	<u>6.336.184</u>

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Vigência	Contrato de compra de energia - reais mil					
		2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2015 a 2026	31.241	64.260	66.486	68.194	69.915	538.452
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	88.145	192.673	193.473	199.123	213.924	2.944.975
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	282.791	588.618	590.194	577.056	613.967	8.743.932
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	209.168	441.279	412.507	415.343	430.960	6.674.768
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	48.653	99.725	98.072	96.113	97.276	1.387.674
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2015 a 2048	68.014	137.591	143.084	139.913	143.490	2.130.671
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	631.504	1.311.453	1.336.903	1.458.429	1.560.198	18.322.566
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	139.150	313.276	307.316	312.790	374.413	6.258.326
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	294.286	539.057	525.843	558.451	618.354	12.185.308
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2015 a 2048	27.056	53.903	51.108	39.208	38.864	702.164
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2015 a 2048	39.371	88.889	91.127	91.119	112.323	1.802.999
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2015 a 2048	59.085	124.266	134.258	130.758	130.832	1.948.244
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2015 a 2026	38.985	78.588	81.512	84.071	86.717	686.801
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2014 a 2026	202.662	460.628	465.447	524.570	587.106	5.935.249
		<u>2.160.111</u>	<u>4.494.207</u>	<u>4.497.331</u>	<u>4.695.138</u>	<u>5.078.338</u>	<u>70.262.128</u>

(*) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO foram aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de junho de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

36 Concessão do serviço público de energia elétrica - consolidado

Distribuição:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
ESE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
EBO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
EPB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
EMG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
ENF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EDEVF	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995. Vide comentários sobre Renovação de Concessões na nota 1.

Geração:

Empresas	Data da autorização	Data Publicação	Prazo da autorização	Vencimento
EMT - concessão de usinas termelétricas	10/12/1997	11/12/1997	30 anos	10/12/2027

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,25% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

37 Ativos de geração alienados

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia S.A.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R\$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R\$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R\$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R\$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R\$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$466.470, que não inclui ajustes normais de preços que se encontram em processos de apuração em atendimento ao CPC 30 e em face de por não terem sido satisfeitos os critérios que possibilite o registro contábil que não foram reconhecidos na demonstração de resultado do período.

Segue apuração do ganho de capital registrado em 30 de junho de 2015:

	Controladora	Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.327.074	1.498.383
Ajuste preço adicional	49.759	54.063
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.376.833	1.552.446
(-) Custos dos investimentos alienados	(910.363)	(982.013)
(=) Ganho de capital	466.470	570.433
(-) IR e CS - 34%	(158.600)	(158.600)
(=) Efeito líquido	307.870	411.833

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receita líquida	-	-	69.101	53.238
(-) Custo com energia elétrica	-	-	(24.992)	-
(-) Custo de operação	-	-	(10.360)	(13.517)
Lucro operacional bruto	-	-	33.749	39.721
(-) Despesas operacionais	-	-	(2.747)	(2.147)
Resultado do serviço	-	-	31.002	37.574
Receitas financeiras	-	-	7.116	9.197
Despesas financeiras	-	-	(39.966)	(32.452)
Equivalência patrimonial	(6.239)	6.278	-	-
Outros resultados operacionais	-	-	(1.465)	-
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSL	(6.239)	6.278	(3.313)	14.319
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.809)	(4.355)
Lucro (Prejuízo) de operação descontinuada	(6.239)	6.278	(7.122)	9.964

Para fins de comparabilidade, está sendo rerepresentada a demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidados, referente ao período findo em 30 de junho de 2014.

Segue quadro comparativo das informações financeiras rerepresentadas:

Demonstração do resultado do período:

Controladora	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Rerepresentado 30/06/2014
Receita Líquida	28.487	-	28.487
(-) Custo dos Bens e/ou Serviços vendidos	(15.423)	(7)	(15.430)
Resultado bruto	13.064	(7)	13.057
(-) Despesas operacionais	(23.754)	7	(23.747)
Resultado do serviço	(10.690)	-	(10.690)
Receitas financeiras	57.500	-	57.500
Despesas financeiras	(102.778)	-	(102.778)
Equivalência patrimonial	191.947	(6.278)	185.669
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.979	(6.278)	129.701
Resultado Líquido das Operações Continuadas	135.979	(6.278)	129.701
Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-	6.278	6.278
Lucro do Período	135.979	-	135.979

Consolidado	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Rerepresentado 30/06/2014
Receita líquida	2.978.715	(53.238)	2.925.477
(-) Custo dos Bens e/ou Serviços vendidos	(2.233.400)	(70.057)	(2.303.457)
Resultado bruto	745.315	(123.295)	622.020
(-) Despesas/Receitas operacionais	(371.950)	85.721	(286.229)
Resultado do serviço	373.365	(37.574)	335.791
Receitas financeiras	182.740	(9.197)	173.543
Despesas financeiras	(318.715)	32.452	(286.263)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	237.390	(14.319)	223.071
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(67.087)	4.355	(62.732)
Lucro líquido das operações continuadas	170.303	(9.964)	160.339
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	9.964	9.964

Demonstração do valor adicionado:

Controladora	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Rerepresentado 30/06/2014
Valor Adicionado Recebido em Transferência	249.448	(6.278)	243.170
. Resultado de Equivalência Patrimonial	191.947	(6.278)	185.669
Valor Adicionado Total a Distribuir	250.213	(6.278)	243.935
Distribuição do Valor Adicionado	250.213	(6.278)	243.935
Outros	-	(6.278)	(6.278)
. Operações descontinuadas	-	(6.278)	(6.278)

Consolidado	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/06/2014
Receitas	4.133.582	(62.537)	4.071.045
. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.868.939	(62.520)	3.806.419
. Outras Receitas	7.776	(17)	7.759
Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.295.032)	(1.013)	(2.296.045)
. Custos, Prod e Serv. Vendidos	(1.681.963)	(25.870)	(1.707.833)
. Materiais, Energia, Serv. De Terceiros e Outros	(361.150)	6.968	(354.182)
. Outras	(251.919)	17.889	(234.030)
Valor Adicionado Bruto	1.838.551	(63.551)	1.775.000
Retenção	(177.159)	13.126	(164.033)
. Depreciação, Amortização e Exaustão	(177.159)	13.126	(164.033)
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.661.392	(50.425)	1.610.967
Valor Adicionado Recebido em Transferência	178.809	(9.197)	169.612
. Receita Financeira	182.741	(9.197)	173.544
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.840.200	(59.621)	1.780.579
Distribuição do Valor Adicionado	1.840.200	(59.621)	1.780.579
Pessoal	255.074	(3.568)	251.506
. Remuneração direta	191.808	(3.568)	188.240
Impostos, Taxas e Contribuições	1.085.524	(13.639)	1.071.885
. Federais	353.926	(9.393)	344.533
. Estaduais	727.638	(4.246)	723.392
Remuneração de Capitais de Terceiros	329.300	(32.451)	296.849
. Juros	322.275	(32.451)	289.824
Outros		(9.964)	(9.964)
. Operações descontinuadas		(9.964)	(9.964)

Demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora	Divulgado 30/06/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	30/06/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(251.873)	-	(251.873)
Lucro antes dos impostos	135.979	(6.278)	129.701
Equivalência patrimonial	(191.947)	6.278	(185.669)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.323.492	-	1.323.492
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.667	-	54.667
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.107	-	75.107
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129.774	-	129.774
Variação Líquida do caixa	54.667	-	54.667

Consolidado	Divulgado 30/06/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	30/06/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(642.240)	-	(642.240)
Lucro antes dos impostos	237.390	(14.320)	223.070
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	14.320	14.320
Caixa Líquido Atividades de Investimento	823.213	-	823.213
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	824.865	-	824.865
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.005.838	-	1.005.838
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.185	-	252.185
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.258.023	-	1.258.023
Variação Líquida do caixa	1.005.838	-	1.005.838

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2015	31/12/2014
Valor justo aquisição Grupo Rede		
Caixa e equivalentes de caixa	-	84.066
Aplicação no Mercado Aberto	-	216.928
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	834.861
Impostos a Recuperar	-	269.709
Títulos de créditos a receber	-	206.545
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	100.560
Outros créditos	-	729.987
Créditos com partes relacionadas	-	24.705
Impostos Diferidos	-	641.863
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Imobilizado	-	182.440
Ágio na aquisição de empresas	-	165.552
Ativo intangível (PPA)	-	5.338.427
Fornecedores	-	1.329.437
Salários a pagar	-	13.855
Empréstimos e Financiamentos	-	2.856.794
Debentures	-	328.219
Tributos e Contribuições	-	2.045.714
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	566.797
Parcelamento de impostos	-	630.077
Outros passivos	-	1.847.664
Ativo disponível para venda - Geração		
Caixa e equivalentes de caixa	-	49.823
Aplicação no Mercado Aberto	-	49.055
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	28.718
Outros créditos	-	60.428
Imobilizado	-	1.412.675
Ativo intangível	-	358.969
Empréstimos e Financiamentos	-	864.831
Debentures	-	121.652
Tributos e Contribuições	-	132.815
Outros passivos	-	102.011
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	237.737	320.597
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	92.050	31.525
Fornecedores	30.739	26.536
Estoques	1.207	-
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível - Fornecedor	30.739	26.536
Atividades de financiamento		
Empréstimo - Finame	26.352	26.511
Capitalização de reservas	-	-

39 Eventos subsequentes

Nota Promissória:

A Energisa S/A concluiu em 20 de julho de 2015 a sua 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, em distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no montante de R\$110.000, com vencimento em 16 de janeiro de 2016.

A partir da data de emissão (20 de julho de 2015), as Notas Promissórias farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia - DI, over extra-grupo, acrescida de um spread de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. A remuneração das Notas Promissórias será paga em uma única parcela, na data de vencimento.

Os recursos líquidos obtidos por meio desta emissão destinam-se ao reforço do capital de giro da Companhia.

Empréstimos controladas:

Controlada Energisa Minas Gerais:

. Foram aprovadas as seguintes contratações, que serão ratificadas na reunião do Conselho de Administração em 03 de julho e 14 de agosto de 2015, respectivamente:

. Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$15.000 a ser celebrada com o Banco Itaú Unibanco S/A, com vencimento em 28 de agosto de 2015 e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 2,90% a.a.

. Contratação de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, celebrado com o Banco ABC Brasil, no montante de R\$10.000, com vencimento em 05 de julho de 2016, com taxa de juros anual equivalente a 3,28% a.a.

Controlada Energisa Comercializadora:

. Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$16.000 a ser celebrada com o Banco BBM S/A, com vencimento em 11 de julho de 2016 e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 2,50% a.a.

. Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$14.000 a ser celebrada com o Banco BBM S/A, com vencimento em 11 de julho de 2016 e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 2,50% a.a.

Dividendos controlada Energisa Mato Grosso:

Em 29 de julho de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos intercalares do exercício de 2015, da controlada Energisa Mato Grosso, correspondentes a R\$14.528, à razão de R\$0,085295 por ação ordinária e preferencial. O pagamento será efetuado a partir de 07 de agosto de 2015.

Aumento capital controlada Energisa Minas Gerais:

O Conselho de Administração aprovou em 14 de agosto de 2015, aumento do capital social da controlada Energisa Minas Gerais no montante de R\$63.657, mediante a emissão de 63.657 (sessenta e três mil, seiscentas e cinquenta e sete) novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1 por ação, mediante a capitalização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

A controlada indireta Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$71.757 mil e R\$19.960 mil, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 30 de junho de 2015, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem a valorização e, principalmente, as condições de realização do ativo, não foi possível concluirmos sobre os referidos créditos.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$1.146.879 mil na controladora, causado, principalmente, pela parcela dos empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.172.939 mil com vencimento no curto prazo. A Administração, baseada em seu plano estratégico, vem

realizando negociações para o alongamento e substituição dessas dívidas de curto prazo, que juntamente com o fluxo de dividendos das controladas irão restabelecer o capital circulante líquido e fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo. Em 30 de junho de 2015, a manutenção das operações depende da Administração concluir com êxito as referidas estratégias, já que a não confirmação das mesmas indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional das controladas que possuem concessão vencendo em 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, as respectivas concessões para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica das controladas EMG, ENF, CFLO, Caiuá, EBB, EDEVP e CNEE expiraram em 7 de julho de 2015. As controladas protocolaram, em 2012, pedidos de prorrogação do prazo da concessão junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, os pedidos de prorrogação estão sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações das controladas, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 apresentados para fins de comparação

Fomos contratados para revisar as informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação. Entretanto, nosso relatório, datado de 12 de agosto de 2014, continha abstenção de conclusão devido a Companhia não ter concluído o laudo de alocação de preço (PPA) pago na aquisição das empresas do Grupo Rede Energia.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br